



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

ANTONIO DE SOUZA NASCIMENTO

TRAJETÓRIAS CRUZADAS: COMPREENDENDO O DESLOCAMENTO DE
JOVENS DO CAMPO PARA A CIDADE DE BOA VISTA

BOA VISTA - RR
2015

ANTONIO DE SOUZA NASCIMENTO

TRAJETÓRIAS CRUZADAS: COMPREENDENDO O DESLOCAMENTO DE
JOVENS DO CAMPO PARA A CIDADE DE BOA VISTA.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olendina de Carvalho Cavalcante.

BOA VISTA - RR
2015

TRAJETÓRIAS CRUZADAS: COMPREENDENDO O DESLOCAMENTO DE JOVENS DO
CAMPO PARA A CIDADE DE BOA VISTA.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras da Amazônia. Defendida em 20 de março de 2015 e avaliada pela banca:

Prof.^a Dr.^a OLENDINA DE CARVALHO CAVALCANTE
ORIENTADORA PPGSOF/UFRR

Prof.^a Dr.^a MARISA BARBOSA ARAÚJO
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA – INAN/UFRR

Prof. Dr. ANTONIO TOLRINO DE REZENDE VERAS
PPGSOF/UFRR

À minha mãe, Maria Helena. Aos meus irmãos: Chaga, Raimundo, José, Sebastiana, Lenilda e Elielma. À minha esposa Lene, e filhos: Wicallo, Maria, Marley e Dandara, grandes inspirações de minha vida.

AGRADECIMENTO

Obrigado mãe, por ser essa mulher que, com muita bravura, enfrentou os desafios de ser mãe solteira para criar e educar seus filhos; se cheguei até aqui foi graças a senhora nunca ter desistido.

À minha esposa e amada Aurelene, com quem aprendi que, por mais longe que um homem possa ir numa estrada solitária, nada se compara aonde ele pode chegar acompanhado de uma mulher tão maravilhosa. Obrigado minha amada pelo seu amor e paciência.

Aos meus filhos Wicallo, Maria, Marley e Dandara, pelas vezes que foram compreensíveis quando não pude dedicar tempo a vocês por conta desse trabalho.

Agradeço a minha Orientadora, professora Olendina Cavalcante, por ter aceitado me ajudar nessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela sua política de acreditar e apoiar trabalhos de pesquisa por meio da concessão de bolsas.

Aos membros da Banca, professores Marisa Araujo e Antonio Veras, por aceitarem fazer parte desse momento importante na minha vida de mestrando.

Aos companheiros e companheiras de curso, aguerridos nessa batalha, pelos diversos momentos em que estivemos juntos partilhando conhecimento.

Aos professores do PPGSOF, pela dedicação em contribuir com ampliação de nosso conhecimento na área das ciências humanas.

Ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteira – PPGSOF, na pessoa de Simone e Taiane, pelo esforço em atender as demandas apresentadas ao curso.

RESUMO

Este trabalho foi realizado buscando a compreensão sobre o deslocamento feito pelas jovens do campo para a cidade de Boa Vista. Esse processo está associado à busca por uma “vida melhor”, onde o acesso ao estudo e trabalho desponta como essencial para a realização de seu projeto de vida. Outra questão, mesmo considerando a boa relação familiar dessas jovens, é a de gênero, onde a participação da mulher no mundo do trabalho ainda é considerada como “ajuda”. Não ter um trabalho que resulte no recebimento de algum valor remunerado no final do mês, assim como a defasagem na oferta de cursos, e execução dos mesmos, superiores, seja pelas instituições públicas ou particulares, impulsionam essas jovens a buscar em Boa Vista oportunidades de estudo e trabalho. Essa realidade faz com que a saída das jovens seja uma ida sem volta, embora descubram depois que chegam, que viver na cidade é um desafio, ainda maior por ser longe dos pais. A trajetória de vida, como recurso metodológico, auxiliou nesse estudo a compreender o processo de deslocamento realizado pelas jovens do campo para a cidade de Boa Vista.

Palavras-chave: Deslocamento. Gênero. Jovens do Campo

ABSTRACT

This work was accomplished seeking the understanding of the displacement made by young people from the countryside to the city of Boa Vista. This process is associated with the search for a "better life", where access to study and work emerged as essential to the realization of their life project. Another issue, even considering the good family relationship of these young people is gender, where women's participation in the labor market is still regarded as "aid". Not having a job that results in the receipt of any value paid later this month, as well as the gap in the provision of courses, and their implementation, superior, whether by public or private institutions, boost these young people to pursue opportunities in Boa Vista study and work. This reality makes the output of the young is a trip of no return, although after arriving discover that living in the city is a challenge even greater for being away from their parents. The path of life, as a methodological resource, this study helped to understand the shifting process carried out by young people from the countryside to the city of Boa Vista.

Keywords: Displacement. Gender. Youth field.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Mapa lugar de partida das jovens	51
Figura 2 – Mapa mobilidade das jovens em Boa Vista	64

LISTA DE SIGLAS

ALC - Área de Livre Comércio

BEC - Batalhão de Engenharia Civil

BR – Brasil

CEDUC - Centro de Educação

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPT/RR - Comissão Pastoral da Terra

EaD - Educação a Distância

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária

LEDUCARR - Licenciatura em Educação do Campo

MEC - Ministério da Educação

MMC/RR - Movimento de Mulheres Camponesas

PA - Projeto de Assentamento

PAD - Projeto de Assentamento Dirigido

PAR - Programa de Assentamento Rápido

PCN - Projeto Calha Norte

PGC - Programa Grande Carajás

PI - Polo Industrial

PIN - Programa de Integração Nacional

PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil

PROCAMPO - Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

RECID - Rede de Educação Cidadã

SEED - Secretaria Estadual de Educação e Desporto

SPVEA - Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UERR - Universidade Estadual de Roraima
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UNIVIRR - Universidade Virtual de Roraima
ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DINÂMICA DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO	20
2.1 Os Projetos de Assentamentos	20
2.2 As políticas públicas fomentadas pelo Estado brasileiro	25
2.3 Gênese de um lugar: o caso de Rorainópolis	37
3 JOVENS DO CAMPO EM DIREÇÃO A BOA VISTA	48
3.1 Mulheres jovens em direção à cidade	51
3.2 Deslocamento das jovens do campo: outros olhares	66
3.3 Agricultura familiar e gênero	73
4 SOCIABILIDADE, CONFRONTOS E CONFLITOS: AS EXPERIÊNCIAS EM BOA VISTA	78
4.1 Razões para deslocar-se	81
4.2 A cidade: expectativas e experiências	87
5 CONSIDERAÇÕES	93
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo compreender o processo de deslocamento de jovens mulheres do interior do estado de Roraima para a capital Boa Vista. As inquietações sobre esse fenômeno surgiram durante a pesquisa de campo (2010-2011) para a minha monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais, onde problematizei questões referentes à “juventude rural”. Naquele contexto, reservei para estudo posterior o tema do deslocamento das jovens, cujos resultados são aqui apresentados.

A região denominada “Sul do Estado”¹, é o lugar de origem das jovens sujeitas deste trabalho. Trata-se de uma região de floresta tropical, com duas estações bem marcadas, com um período de chuvas, de abril a agosto e um período de seca, de setembro a março. Sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Branco, Barauana, Branquinho, Jatapu, Alalau, Caroebe, Anauá, Jatapuzinho e Jauaperi.

A partir da década de 1970, essa região entra no circuito dos grandes projetos do governo federal para a Amazônia com a construção de duas rodovias federais, a BR-174 (Manaus - Boa Vista - Venezuela) e a BR-210 (Perimetral Norte). Os municípios de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz e Rorainópolis aí localizados, têm estreitas relações com essas rodovias. Com a construção das mesmas, tem início a ocupação da região, inicialmente através da ocupação espontânea – em geral feita por trabalhadores que atuaram na construção –, e em seguida, por assentamentos dirigidos, realizados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A economia dos municípios da região sul, como para boa parte do estado de Roraima, volta-se para o setor primário. A produção agrícola concentra-se na produção de grãos (arroz, milho, feijão), mandioca e banana. Este último sendo o mais importante cultivar, cuja maior parte é exportado para o município de Manaus. Há também a produção de gado de corte e a extração de madeira. A maior parte da madeira produzida na região destina-se a outros estados e ao polo moveleiro de Boa Vista.

¹ Segundo a divisão geográfica do estado de Roraima o único município que faz parte do Sul é Rorainópolis; São Luiz, São João da Baliza e Caroebe estão na parte Sudeste do estado, mas é comum as pessoas, mesmo morando nesses últimos municípios, dizerem que moram no “Sul do Estado”. A partir dessa generalização o Sul do Estado ficou, então, como referência de identificação para os moradores desses municípios.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE)² em 2010 Rorainópolis contava com uma população de 24.279 habitantes e a estimativa em 2014 é que essa população seja de 26.811; é o segundo município mais populoso do estado, à sua frente apenas da capital Boa Vista. Sua população é “predominante rural”, porque 60% residem na “área rural”. Antes de se tornar município, em 1995, era conhecida como Vila do INCRA e pertencia ao município de São Luiz. O núcleo urbano fica localizado à margem esquerda da BR-174, sentido Manaus/AM–Boa Vista/RR. A distância da capital do Estado é de 290 km e da capital do Amazonas 475 km. Os primeiros moradores se estabeleceram ainda em 1975, como trabalhadores responsáveis pela colocação dos bueiros na BR-174.

São Luiz, São João da Baliza e Caroebe localizam-se ao longo da BR-210. São Luiz tem sua origem articulada a abertura da estrada e dos planos de colonização na região através do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD Anauá). Recebeu esse nome dos migrantes maranhenses que primeiro ocuparam o lugar, como forma de homenagear a capital de seu estado. Atualmente, segundo estimativa do IBGE (2014), sua população é de 7.309; no Censo de 2010 sua população era de 6.769. São João da Baliza foi transformado em município em 1982, após desmembrar-se do município de Caracaraí. Em 2010 contava com uma população de 6.769, com quase 70% morando na área urbana; a estimativa do IBGE em 2014 foi de 7.401. Já Caroebe foi municipalizado em 1994, sendo o último município às margens da BR-210; no rio Jatapú foi construída, entre os anos de 1992 e 1994, a hidrelétrica responsável pelo abastecimento de parte da energia consumido pelos moradores dos municípios, localizados ao longo da BR-210. Sua população, em 2010, de 8.114, com estimativa em 2014 para 8.997.

A cidade de Boa Vista, que recebe as jovens, localiza-se à margem direita do Rio Branco, região centro-oriental, e concentra aproximadamente 2/3 da população do estado. De acordo com os dados do IBGE para o ano de 2014³, sua população somava 314.900 habitantes, do total de 496.939 para o estado. Sua economia apoia-se no setor de serviços e no funcionalismo público; tem uma característica peculiar, é a única capital localizada totalmente ao norte da linha do Equador.

² <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140047&search=roraima|rorainopolis> – pesquisado em 10 de abril de 2015.

³Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>. Consulta em 08 de jan de 2015.

Também é uma cidade cuja área urbana apresenta traços modernos, de forma radial, lembrando um leque, razão pela qual ganha destaque entre as capitais da região Norte. Conforme aponta Santos (2004) foi planejado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo em 1944, que se inspirou nas ruas de Paris, capital da França, e construída no governo de Ene Garcez. As principais avenidas localizadas no centro da cidade convergem para a Praça Joaquim Nabuco, conhecida apenas como Praça do Centro Cívico. Nesse espaço estão localizadas a sede dos três poderes, o Palácio Senador Hélio Campos, onde fica o Poder Executivo, Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa. A cidade é plana em quase sua totalidade, o que favoreceu os traços do seu planejamento urbano.

As discussões em torno do deslocamento de populações do campo para a cidade são antigas e remontam à Revolução Industrial, no século XIX. Segundo Camarano e Abramovay (1999) o boom “migratório” do campo para cidade provocado pela Revolução, impulsionou o deslocamento de famílias inteiras. Os autores afirmam ainda que o “fenômeno migratório”, a partir desse período, encontra-se mais atrelado às mulheres, que passaram a se envolver com mais frequência com trabalhos nos “espaços urbanos”. Dentro deste cenário, eles apontam que no Brasil o deslocamento é feito, na maioria das vezes, por jovens, e entre estes, os que mais se deslocam são as mulheres jovens.

As hipóteses levantadas pelo autores sobre os principais motivos que levam as jovens a se deslocarem são: 1. A saída das jovens está ligada diretamente à oferta de trabalho remunerado na cidade; 2. O trabalho exercido pela mulher jovem no lote⁴ não é reconhecido enquanto “trabalho”, isto é, sem remuneração. Enquanto os filhos homens recebem alguma remuneração como recompensa pela produção, as filhas não recebem nenhuma parte da renda gerada pela venda da produção. Neste caso, sair de casa para morar na cidade é o percurso mais curto para alcançar sua independência financeira; e 3. Buscar uma “valorização pessoal” através da formação educacional (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

O texto produzido por Bourdieu (2006) a partir da pesquisa em Béarn, sudoeste da França, é essencial para que se compreenda, em um cenário mais amplo, o que o estudo de Camarano e Abramovay representa na prática. Segundo

⁴ O lote a que nos referimos aqui é uma propriedade familiar doada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em área de assentamento rural, medindo de 60 a 100 hequitares (ha). Cada hequitare corresponde a 4 linhas, e cada linha tem 50 m².

Bourdieu, as jovens têm mais disposição para se adaptar à cidade que os jovens. Esse fato ocorre por serem elas mais motivadas para envolver-se com a cultura urbana, pois, veem nesta mudança de espaço de morada a concretude de sua emancipação, em outras palavras, sua autonomia. Outra situação apontada é que existe impregnada à consciência das jovens a concepção de cidadania como algo presente apenas na civilização urbana, isto é, o acesso às tecnologias, que traduz comodidade, assim como a oferta de diversos espaços de lazer, como se fossem características restritas às cidades.

A discussão sobre gênero, nesse trabalho, remete à compreensão das relações sociais construídas a partir das representações, dos conceitos e das práticas cotidianas entre pessoas do mesmo do mesmo sexo e entre aquelas de sexo diferente. A princípio, conforme apontam Abreu e Andrade (2010), o gênero se consolida a partir de juízos de valores consolidados na anatomia sexual que, por sua vez, ajuda na construção de estereótipos e concepções sobre indivíduos ou grupos de indivíduos, cujo resultado é a imposição de um padrão de convivência invariável, sustentado na negação das diferenças, sejam elas culturais ou individuais.

Na perspectiva da teoria feminista, formulada na década de 1980, o conceito de gênero se fundamenta em uma relação de poder, levando em consideração as qualidades comportamentais, pautadas em papéis e identidades entre homens e mulheres. Nesse caso, as relações de gênero se estabelecem a partir dos aspectos social e cultural (ABREU; ANDRADE, 2010).

Em termos comparativos, Louro (1992) considera que:

[...] Gênero, bem como a Classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e Classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de prática sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação (LOURO, 1992, p. 57).

Essa visão reforça a ideia de gênero como uma noção construída, no entanto discorda da visão essencialista pautada na teoria feminista. Entende que a

percepção ou compreensão da categoria gênero passa também pelo viés relacional e histórico entre masculino e feminino.

Articulada à dimensão do gênero, o deslocamento de mulheres jovens para a cidade ganha relevância quando se discute o campo brasileiro não apenas como espaço de produção, mas também como agregador de dimensões simbólicas de desigualdades que acabam fomentando os conflitos de gênero. No caso da agricultura familiar, o local de trabalho e morada é o mesmo, fazendo com que os filhos estejam inseridos nas atividades produtivas desde a infância. Sem perspectivas de que sua vida possa mudar com a continuidade no campo, há jovens que, por meio de suas ações e escolhas, acabam mudando o curso de sua vida social. A experiência na cidade às vezes acaba interferindo no modo como os jovens rurais perceberem o campo (SALES, 2006).

Sales (2006), em uma discussão sobre gênero e “juventude rural”, considera que é importante se perguntar se a saída dos jovens do lote representa um desenraizamento do campo; se sua permanência na cidade significa criar novas raízes, e se a ida para a cidade é uma busca por melhores condições de vida, ou simplesmente um desejo de morar. Tais indagações foram relevantes para se pensar o mesmo fenômeno em Roraima.

Considerando as referências acima, formulei como objetivo norteador desse trabalho, compreender o processo de deslocamento das jovens do campo em direção à cidade a partir de suas trajetórias pessoais. A trajetória de vida foi considerada um recurso relevante na pesquisa, pois possibilita a compreensão de narrativas de experiências pessoais. Vale ressaltar que nesse procedimento as narrativas correspondem ao que é considerado relevante pelos atores e que é necessário ser destacado. Nesse tipo de metodologia a narrativa nem sempre segue uma ordem cronológica, mas considera o encadeamento dos fatos selecionados pelo sujeito que dão sentido a sua experiência presente.

Nesse aspecto Bourdieu (2000) considera que a existência do indivíduo não é algo unidirecional, que concebe a vida como algo linear. Ele acredita que a trajetória, como dinamismo no qual se encontra o sujeito que sofre diversas transformações, não permite que o sujeito seja colocado dentro de uma perspectiva evolutiva. Nesse sentido, alguém que conta sua trajetória de vida aos 80 anos sobre como foram os primeiros 30 anos de sua vida é diferente se ele fizesse isso aos 30, o que leva o autor a acreditar que a trajetória é algo singular pertencente ao

indivíduo, onde as dúvidas, incertezas, contradições e imprecisões passam a ser reais.

Born (2001, p. 241) compreende que podemos descrever a trajetória de vida como sendo um aglomerado de acontecimentos que marcam e fundamenta a vida do sujeito. A suscetividade com que ocorrem esses fatos, assim como a duração, é que acaba determinando essa trajetória. Segundo a autora, “O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico”.

Esse aspecto biográfico presente na trajetória de vida também está presente em Del Cont (2004), que pensa as trajetórias e biografias como método de pesquisa emblemático às ciências sociais, por ser um recurso de extensão da vida, já que se consolida a partir da intenção do ator social em recriar sua história a partir de sua trajetória.

Benjamim (1993), considera que o uso da trajetória de vida não se pauta na busca de uma verdade inquestionável, cujo alicerce é a coesão dos fatos, dos acontecimentos; o que importa é perceber e registrar os elementos essenciais que os sentimentos do sujeito da pesquisa, provocados pela lembrança dos momentos históricos vividos e o que o mesmo permite transparecer ao pesquisador.

São protagonistas desse trabalho cinco jovens mulheres que deixaram seus familiares no campo com a finalidade de realização do seu projeto de vida, o qual geralmente se pauta na vontade de tornar sua vida melhor que aquela oferecida pelo campo. Antonia, filha de agricultores, solteira, do município de São João da Baliza, licenciada em Matemática, licenciando-se em Ciências Agrárias, professora seletivada do Estado, colaboradora da Rede de Educação Cidadã – RECID, militante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/RR, mora sozinha e de aluguel; Rafaela, filha de agricultores, do município de Rorainópolis, solteira, licenciando-se em Licenciatura em Educação do Campo – LEDUCARR⁵, financiado

⁵ O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR) foi criado em resposta ao Edital de Convocação nº. 09 de abril de 2009, do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), o qual é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretária de Educação Continuada e Diversidade (SECADI), com apoio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo do curso é formar professores, numa perspectiva multi e interdisciplinar, para atuar na docência das séries finais no Ensino Fundamental e Ensino Médio nas habilitações em Ciências Humanas ou Sociais e em Ciências da Natureza e Matemática, por meio da pedagogia da Alternância (http://ufr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=103) visitado em 13 de fev. de 2015.

pelo Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, ligada ao Ministério da Educação - MEC, bolsista na Universidade Federal de Roraima - UFRR, divide o aluguel com sua irmã, companheira do mesmo curso; Maria, filha de agricultores, casada, mãe de uma filha, técnica agrícola, moradora de São João da Baliza, onde tem sua própria residência, militante social no MMC/RR e Comissão Pastoral da Terra – CPT/RR; Claudia, filha de agricultores, solteira, mãe de dois filhos adolescentes, do município de São João do Baliza, “Secretária do Lar⁶”, mora de aluguel; Joana, casada, filha de agricultores, técnica agrícola, agrônoma, mestranda na área de agronomia, bolsista pela UFRR. Com todas elas, realizei uma entrevista formal (gravada), e entrevistas informais; neste último caso, às vezes. Foi mais proveitoso do que o primeiro. As entrevistas aconteceram entre os meses de maio de 2013 a setembro de 2014. A fim de garantir o anonimato das jovens faço uso de nomes fictícios.

Com a finalidade de melhor compreender essas trajetórias, dividi esse trabalho em três capítulos. No primeiro, a reflexão leva em consideração a ocupação do campo roraimense a partir da literatura disponível. Estão presentes as trajetórias e falas de pessoas que contribuíram para a transformação do lugar, em particular a região Sul do Estado. Nessa parte do trabalho aponto a concepção de campo, onde destaco a crítica ao modelo de política agrária e agrícola engendrada no Brasil, que se configura apenas como distribuição de terra, sem nenhuma relação com a Reforma Agrária tanto almejada pelas famílias que vivem da agricultura.

O segundo capítulo aborda as trajetórias pessoais das jovens, considerando suas experiências desde a vida no lote. É abordada, ainda, a necessidade de se pensar políticas públicas específicas para essa categoria, levando em consideração aspectos de gênero e geração. As experiências de vida relatadas servem de base para análise dos elementos que contribuíram para a motivação de se deslocar.

No terceiro capítulo a reflexão recai sobre os processos de sociabilidade das jovens, em Boa Vista. Argumento que há uma polarização que enfatiza, de um lado, os confrontos e conflitos, e de outro, a oportunidade de novas experiências. Penso que a juventude do campo está interessada em desfrutar aquilo que o campo

⁶ Nova nomenclatura criada para denominar as “empregadas domésticas”

e a cidade oferecem de melhor; de um lado, uma vida tranquila e pacata, e de outro, uma melhor educação, maior oferta de emprego e geração de renda e lazer.

2 DINÂMICA DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO

O desenvolvimento deste capítulo leva em consideração a necessidade de compreender o campo roraimense a partir do seu processo de ocupação e das relações sociais estabelecidas, passo importante para as transformações locais a partir da presença humana. Neste sentido, é objetivo discutir o processo de colonização do Estado, em particular da região mencionada no título, localidades em que estão concentradas as famílias das jovens alvo desse trabalho, levando em consideração as políticas nacionais de colonização da Amazônia.

Nessa região, além das sedes municipais, existem outras localidades e terras indígenas. Pela BR-174, partindo da fronteira com o Estado do Amazonas, existe o povoado de Jundiá, Vila do Equador, Nova Colina, sede do município de Rorainópolis, Martins Pereira e Novo Paraíso, este último povoado pertence ao município de Caracaraí. Em Novo Paraíso que há o desmembramento das BR's 210 e 174, que se juntam a 15 km antes de se chegar a sede do município de Caracaraí, percorrendo um total de 130 km. No percurso da BR-210 existem os povoados de Vila Moderna, que pertence ao município de São Luiz, e Entre Rios, no município de Caroebe. As terras indígenas dentro do município de Rorainópolis pertencem à etnia Waimiri-Atroari. Ano passado foi divulgado pela imprensa local e confirmado pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a existência de uma comunidade isolada próxima ao povoado de Nova Colina, identificada pelo órgão federal como “Pirititi”. Nos outros três municípios há o povo Wai-Wai, cujas terras demarcadas fazem fronteiras com ambos.

A par desta contextualização, a proposta é compreender a organização social das famílias que ocupam a região Sul do Estado. Base que se pretende utilizar para analisar as motivações que levam as jovens a deixarem o lote em busca de novo modelo de projeto de vida.

2.1 Os Projetos de Assentamentos

A criação de um assentamento agrícola, como nota Carvalho (2007), representa o fim do monopólio da terra, dando início a uma nova forma de organização social, política e econômica; pois o que era antes latifúndio passa a ter diversos donos, provocando dessa maneira, quase que automaticamente, um

processo heterogêneo de posse e trabalho na terra, assim como de famílias que passam a conviver no mesmo espaço. Em Roraima, o Estado serviu de intermediário para promover uma repartição das terras públicas sem atender algumas demandas da agricultura familiar, porém, priorizando setores ligados ao agronegócio.

Diferentemente do que pensa Carvalho (2007), onde o surgimento dos assentamentos rurais é fruto das mobilizações sociais de famílias sem terra que buscam uma distribuição democrática da terra, em outras palavras, como reforma agrária, em Roraima a criação dos assentamentos pelo governo, seja ele estadual ou federal, não foi consequência de mobilizações sociais para criar os assentamentos, mas do próprio Estado. Cito como exemplo a criação do Projeto de Assentamento Dirigido - PAD Anauá, em Rorainópolis, como estratégia de incentivo para que famílias pudessem ocupar a região. Segundo aponta Teófilo (2002):

A luta pela terra no Brasil foi marcada por intensas mobilizações sociais, algumas conquistas e frustrações, ao longo dos últimos 40 anos. A reforma agrária se constituiu numa bandeira de luta de setores populares, que a viam como um poder emancipatório da herança escravista, além da possibilidade de promover uma efetiva mudança social e redução das desigualdades, da pobreza e da miséria rurais. [...] com a redemocratização, volta-se a discutir o tema, outorgando-se um Plano Nacional de Reforma Agrária, com metas ambiciosas de redistribuição de terras pela via da desapropriação, porém sem especificar a fonte de financiamento para tal plano. Isso resultou em uma grande frustração para os movimentos sociais e somente cerca de 110 mil famílias foram assentadas no período 1985-1989 e, mesmo assim, sem os recursos necessários para infraestrutura e desenvolvimento produtivo das famílias assentadas (TEÓFILO, 2002, p. 20-21).

A reflexão de Teófilo (2002) contribui, portanto, para o entendimento de que, não diferente do que ocorre em outras áreas de assentamentos espalhados pelo Brasil, em Roraima a ocupação do campo segue uma prática responsável pela inserção das famílias em assentamentos a partir de uma política de distribuição de terra e não da reforma agrária. Uma verdadeira reforma agrária defendida pelas mobilizações sociais do campo não está pautada apenas na distribuição da terra, mas na elaboração de políticas de incentivo, como aquelas que são os créditos imobiliários e a agricultura, as políticas sociais, que é a garantia de escolas, posto de saúde e condições para o desenvolvimento do trabalho e da escoação da produção.

O resultado desta distribuição de terra generalizada é o abandono do lote por essas famílias, que acabam se deslocando para a cidade ou outro assentamento que apresente uma melhor condição de vida, geralmente os que ficam próximos à

cidade, que oferecem acesso à educação, saúde e escoamento dos produtos agrícolas. Essa dinâmica resulta em um comércio interno de terra. Interno porque se trata de terras públicas, que não podem ser comercializadas para fins particulares. Segundo a legislação, se a família não quer mais viver ali, o procedimento é procurar o órgão responsável para devolver a terra que lhe foi cedida para morar e trabalhar, a qual posteriormente deverá ser direcionada à outra família. Mas não é isso que acontece, em hipótese alguma, pelo menos foi o que se observou durante a realização do trabalho de campo feito em 2013.

Em 2005, a partir de sua política para o fomento de novos assentamentos no Sul do Estado de Roraima, o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, através da Portaria nº 27, resolveu desmembrar o PAD-Anauá em 16 assentamentos. Conforme aponta Cardoso (2009), o PAD-Anauá foi o primeiro assentamento criado no Estado obedecendo a política de colonização imposta pelos militares que presidiam o país à época.

Na região é comum encontrar depoimentos de que, não tendo como permanecer no lote, a família, por meio do pai ou da mãe, passa a anunciar pessoalmente a venda do mesmo, pois, não podem fazê-lo através de uma placa, por exemplo. Embora alguns o façam. O valor anunciado geralmente é baixo, razão pela qual, às vezes o próprio vizinho, de lote ou de vicinal⁷, acaba comprando para ampliar suas terras. Mas, o mais comum é que ele seja comprado por fazendeiro, que compra e deixa lá à espera que outras famílias ao redor do que ele comprou resolvam vender suas terras também, o que acaba acontecendo.

Embora o lote seja negociado na maioria das vezes por valores citados acima, o valor econômico dos mesmos se diferencia levando em consideração, entre outros aspectos, sua proximidade da vicinal e da sede do município. Os mais próximos são mais caros que os mais distantes. Depois da localização, o que também valoriza o lote são as benfeitorias⁸. Além das benfeitorias, se a propriedade tiver capim para gado, assim como curral estruturado e algum tipo de fonte de água (igarapé, lago) que o gado possa utilizar, aumenta o valor.

Uma vez nas mãos do fazendeiro, dificilmente ele se desfaz, porque a função do lote para este tipo de proprietário não é de morada, mas para criação de

⁷ Vicinal, ou ramal, é uma estrada de caráter secundária, em sua grande maioria sem asfalto que permite o deslocamento dos moradores e de suas produções, embora no inverno essas vias tornam-se intrafegáveis.

⁸ A estrutura da casa, se de madeira ou alvenaria, as criações e as plantações.

gado. Esse cenário nos ajuda a compreender as mudanças na paisagem dos assentamentos rurais, não apenas pela substituição da casa por capim, mas também pela ausência das famílias, fazendo com que o lote deixe de cumprir sua função social para atender demandas econômicas de tais criadores.

Essa situação altera a reprodução social do lugar, porém, não altera sua representação para o pequeno agricultor que o vendeu. Pois a venda não representa para ele um meio de acumular dinheiro e sim para conseguir melhores condições à sua família, facilitada por um melhor acesso à educação, a saúde, a locomoção, geralmente conseguida com sua mudança para o núcleo urbano, que em alguns casos o objetivo do pai de família é colocar os filhos perto da escola. Conseguindo isso, é comum que o seu próximo passo seja conseguir uma nova propriedade para continuar seu trabalho como agricultor.

Nos lotes visitados na região, foi identificado que as primeiras famílias que residiam ali estão morando nas sedes municipais, com algumas exceções. A principal alegação para a saída é a educação dos filhos, já que os mesmos eram bastante prejudicados por dependerem de transporte escolar, principalmente no inverno, quando o transporte não entra na vicinal, ou se entra, vai apenas até determinado ponto, obrigando os alunos a caminharem ainda alguns quilômetros para pegar o transporte. A preocupação dos pais não é com a ida, porque acontece durante o dia, o que preocupa é a volta, pois os alunos já chegam em casa de noite, e fazem o percurso a pé. Tudo isso influencia no desempenho do aluno na escola, pois muitos acabam desistindo ou sendo reprovados.

A realidade vivida pelos alunos nas duas regiões não tem mudado, os alunos continuam dependendo de transporte escolar, pois a partir do 6º ano até a 3ª série do Ensino Médio, apenas as escolas localizadas nas sedes municipais disponibilizam essas séries. Nos últimos quatro anos, se já não bastasse o fosso causado pelo inverno ou transporte quebrado, os alunos e suas respectivas famílias também tem que aturar as pressões dos proprietários de transporte escolar que não recebem em dia, do Estado, o pagamento pela prestação do serviço, e paralisam como forma de protesto, prejudicando assim todos os alunos que moram nas vicinais e dependem do mesmo para chegarem à escola. Independentemente de os alunos irem ou não, a aula acontece normalmente, a ausência é justificada, porém, o conteúdo é perdido. Afinal de contas, a escola tem um calendário criado pela

Secretaria Estadual de Educação e Desporto – SEED de duzentos dias letivos que precisam ser cumpridos.

Sem o pagamento devido das empresas de ônibus que fazem o transporte das crianças, os proprietários dos veículos para o transporte escolar alegam que não têm condições de pagar o salário dos motoristas, colocar combustível e fazer as devidas manutenções dos veículos, pois o estado físico das vicinais não permite que esse tipo de transporte fique muito tempo sem quebrar. E para não ficarem refém do transporte escolar ou da boa vontade do governo em pagar o que deve, algumas famílias tem providenciado casas na cidade e colocado lá seus filhos, sem terem que vender suas propriedades. Algumas começam alugando as casas, e depois compram, outras usufruem da casa de parente ou acabam comprando logo a residência, e o recurso para quitar tais dividas provem de negócios feitos com a produção ou criação, principalmente gado. Outras famílias acabam vendendo o lote e com o dinheiro compram uma casa na cidade e investem o que sobra da compra de outra propriedade no campo.

Esse contexto apresentado contribui para a compreensão da dinâmica que corrobora para que a política de distribuição de terra no Estado influencie consideravelmente na relação social dentro das vicinais, uma vez que boa parte das famílias que hoje ocupam a área é a terceira ou quarta geração de migrantes. Viver na vicinal, conforme afirma boa parte das famílias, é questão de “birra⁹”, ao dizer que se esperassem pela ajuda do Estado teriam saído do lote no mesmo dia em que chegaram. E a trajetória de algumas famílias visitadas é feita de campo para campo, ou seja, vieram para a vicinal já de outros assentamentos, algumas venderam onde moravam e compraram o lote que vivem hoje, outras simplesmente desistiram do lote que tinham, em razão das inúmeras dificuldades encontradas, e resolveram se aventurar a conseguir outro lote.

Foi o que fez o agricultor Luiz¹⁰, que antes morava no Projeto de Assentamento - PA Paredão, que fica no município de Alto Alegre. Segundo ele, a escolha em sair de lá se deu por não ter estrada feita, e segundo suas observações, o desenvolvimento do lugar ainda iria demorar muito, então, não valeria apenas insistir em morar lá. Entregou o lote que possuía no PA Paredão ao INCRA para que

⁹ Se referindo à teimosia.

¹⁰ Nome fictício, assim como os demais utilizados para identificar os entrevistados nesse trabalho de pesquisa, com exceção dos nomes daqueles que fazem parte da fundação do município de Rorainópolis.

este lhe remanejasse para o município de Rorainópolis. O processo de remanejamento começou em 1999, ano que chegou à região, porém, só foi efetivado em 2002. Nesses três anos quem ficou morando no lote foi seu pai, ele só passou a morar no final de 2003, quando levou a mudança, porém, a sua família só iria no início de 2004.

A família de Francisco passou por outro processo. Enquanto a família estava no Estado do Pará, onde ocupavam um lote no campo, ele visitou em 2004, a vicinal 9 e foi convencido por quem já morava lá, que ali era um bom lugar para morar. Certo de que a vicinal 9 era o lugar para morar com sua família, voltou ao Estado do Pará e convenceu seus pais a venderem o lote que possuíam lá. Com o dinheiro, ele retornou à vicinal e comprou o lote onde hoje mora seus pais. A família é a terceira dona da propriedade.

A partir dos relatos descritos acima, entendemos que o processo de saída e de chegada de famílias nos assentamentos, contribui para que a dinâmica comumente utilizada pelas famílias para se relacionarem se altere toda vez em que há a chegada e saída de moradores. Porque quem chega precisa conhecer como as coisas funcionam ali, para poder se integrar, do contrário, vai ser sempre o outro, o de fora, e essa questão gera certo desconforto para a continuidade das relações sociais entre os moradores da vicinal.

2.2 As políticas públicas fomentadas pelo Estado brasileiro

A Amazônia¹¹ ganha importância na agenda do País a partir de 1940, no governo de Getúlio Vargas, que se concretizou na aprovação da Constituição de 1946, quando o governo federal resolveu criar políticas de intervenção na região, fazendo da Amazônia espaço para que projetos de desenvolvimento fossem implantados como experimentos, transformando deste modo a região numa grande incubadora de projetos de cunho desenvolvimentista. No art. 199 da referida Constituição, foi estabelecido que o governo elaborasse planos de desenvolvimento

¹¹ A Amazônia considerada neste trabalho é a Legal, por conta de alguns dos grandes projetos pensados para o desenvolvimento da Amazônia também estarem presente em outros espaços fora da Região Norte, que está completamente dentro da Amazônia, que são o sul do Estado do Maranhão e o Estado do Mato Grosso. A área da Amazônia Legal é de aproximadamente 5.217.423 km², equivalente a 59% do Território Nacional. A população dessa região, segundo o censo do IBGE de 2010, é de 24 milhões de habitantes, o que corresponde aproximadamente a 12,32% do total da população brasileira. (IBGE, 2012).

que pudessem valorizar a Amazônia em seu aspecto econômico. Para que tais planos fossem possíveis não havia como se esquivar dos problemas regionais que sofria o país, por isso, era imprescindível pensar a regionalização a partir da elaboração e implantação de programas estatais (BRITO, 1994).

Com o objetivo de atender essa demanda para a Amazônia, foi criado em 1948 o Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. A criação desse plano tinha como objetivo claro, investir na produção rural na região, em particular na agropecuária, e na integração regional à economia do Brasil, já que toda a Amazônia era considerada uma área isolada e atrasada (VAINER, 2003; BRITO, 1994).

O plano de valorização não conseguiu suprir a necessidade de desenvolvimento regional na Amazônia, em razão de que seu investimento ficou focado mais no extrativismo, deixando de fora outros elementos importantes para tal desenvolvimento. Como por exemplo, abrir linhas de crédito para outras atividades realizadas na região, como a produção de juta e da pimenta-do-reino, além de investir na infraestrutura viária e social, o que não ocorreu (VAINER, 2003).

Em razão dessa lacuna deixada pelo SPVEA, em 1966, já no período do Regime Militar, o governo de Castelo Branco resolveu criar, por meio da Lei 5.173, aprovada em outubro de 1966, colocando no lugar dele a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com o objetivo de melhor dinamizar a economia na região. Depois de instituída, a SUDAM passou a investir em incentivos fiscais e financeiros com a finalidade de trazer para a região amazônica empresas privadas, do Brasil e demais países, para se instalarem na região (VAINER, 2003).

A materialização dessa política de investimento para o desenvolvimento econômico da Amazônia foi a criação, em 1967, da Área de Livre Comércio - ALC, conhecida como Zona Franca de Manaus – ZFM, hoje intitulada Polo Industrial - PI, onde as empresas recebiam, e ainda recebem, isenção fiscal para se instalarem no referido polo (GARCIA, 2004; BRITO, 1994).

Segundo Brito (1994), o governo de Castelo Branco criou ainda uma mega operação chamada de “operação Amazônia”, que continha uma gama de programas federais voltados para o desenvolvimento da Amazônia. E uma inovação nesta operação foi o fato do governo considerar a necessidade de atrair para a região investimento privado. Esta opção dos militares, à época, de patrocinar a

entrada de empresas na região, conseguiu dar alguns passos, mesmo que não tão significativos, no processo de mudança na economia local.

Esta política, segundo Vainer e Araújo (1992), foi pautada em razão de haver no país, desde a Era Vargas até os anos 1970, uma concepção da Amazônia como espaço vazio, que ganhou força com sobrevoos de avião feito pelo Presidente Médici em áreas não povoadas da Amazônia, vendo ali a solução para resolver dois problemas de uma vez só: os conflitos agrários no Nordeste e Centro-Oeste do país e a ocupação humana na região de fronteira, suprindo assim o que ele chamava de “o grande vazio demográfico”. Essa ideia fundamentou o grande lema do seu governo “terra sem gente na Amazônia para gente sem terra no Nordeste”, que iniciou em 1969 e durou até 1974.

Os planos de caráter mais gerais para o desenvolvimento da região amazônica, tendo como um de seus principais pilares a política de incentivo fiscal, foram substituídos na década de 1970, com o General Médici, pela política dos Grandes Projetos, que pautou as novas estratégias de ocupação e desenvolvimento econômico de toda a região amazônica, começando pela abertura de estradas federais, como a Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica, Porto Velho-Manaus, Manaus-Boa Vista-Venezuela-Guyana Inglesa, dentre outras. Foi nesta década, com os militares no poder que foram reeditadas as estratégias para desenvolver a Amazônia, e o fez baseado na ideia de integração nacional e centralização do planejamento regional, onde as estratégias setoriais ganharam importância. Nessa perspectiva, a intervenção na região pelo Estado Nacional tinha como objetivo possibilitar que os recursos destinados à Amazônia fossem destinados ao fomento de políticas capazes de permitir a execução do planejamento de desenvolvimento local (VAINER, ARAÚJO, 1992).

[...] A totalidade do território não é vista nem como conjunto de regiões hierarquicamente articuladas, nem como amálgama de regiões programa, mas como um somatório de recursos mais ou menos acessíveis. A ação estatal não tem mais em vista a captura das regiões (na verdade já concluída), mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao largo do território (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 28).

Essa nova investida do Estado Nacional no território se materializa com a elaboração dos grandes projetos de infraestrutura voltados para a Amazônia, com o objetivo de promover sua integração aos grandes centros do país e povoá-la. Para

que pudesse alcançar suas finalidades, o governo resolveu mobilizar investimento de capital privado, assim como transformar a densidade demográfica em força de trabalho para extração dos recursos naturais na região, que, descobriu-se depois, tinha em abundância para ser explorado, principalmente na região da Serra do Carajás, Estado do Pará (VAINER, ARAÚJO, 1992).

Crítica desse processo de regionalização do desenvolvimento no país, Becker (1990) afirma que tais projetos deram à Amazônia uma nova característica de desenvolvimento, fortemente influenciada pela implementação dos complexos industriais portuários, as usinas hidrelétricas e exploração de minerais. A crítica da autora centra no fato do governo ter excluído do processo de nacionalização e transnacionalização da Amazônia as pessoas, especificamente a população local.

Segundo a autora, este novo modelo de desenvolvimento da região, pautado na produção tecnológica, representado, em certa medida, pela Zona Franca de Manaus, conseguiu produzir no cenário amazônico um controle técnico e político, o que Becker (1990, p. 12) chama de “malha de duplo controle”. Nessa concepção, a “malha” foi formalizada com a construção das redes de integração espacial, constituída pelas rodovias, telecomunicações, cidades e energia. A criação, por meio de decretos, de territórios sobrepostos aos estaduais, e a federalização de alguns deles também fazia parte do pacote. Da mesma forma a criação dos chamados polos de desenvolvimento, que permite perceber que a implantação dos grandes projetos tinha como objetivo subsidiar o fluxo financeiro na Amazônia e promover o fluxo de deslocamento em direção a ela.

Segundo Becker (1990):

A implantação de grandes projetos é parte da construção de uma economia planetária por corporações transnacionais, mas é também, [...] uma forma contemporânea de afirmação do Estado nacional: a multinacionalização de empresas estatais (BECKER, 1990, p. 62)

A passagem do texto acima de Becker (1990) mostra que o Brasil, com tais políticas, impôs as condições básicas para produção de um espaço transnacional propício à inserção das empresas estatais na competição com o capital estrangeiro. A implantação dos grandes projetos na região amazônica, com a finalidade de explorar os recursos naturais que a mesma detinha, e ainda detém, tornou possível a transnacionalização de empresas brasileiras, o que alterou,

profundamente, a organização do espaço amazônico, assim como ampliou seus conflitos socioambientais.

A década de 1980 foi marcada pela implantação de novos projetos e programas na região, tais como o Programa Grande Carajás – PGC, no Pará, responsável pela exploração mineral; o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFORO; implantação em Rondônia e Mato Grosso do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE e o Projeto Calha Norte – PCN, que foi criado com o objetivo de militarizar a Amazônia com a instalação de bases militares em toda a linha de fronteira com os países da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guyana, Suriname e Guayana Francesa. O objetivo dessa militarização, segundo justificativa do governo brasileiro, era assegurar a soberania nacional por meio da fiscalização e controle dos conflitos na região entre garimpeiros, empresas e povos indígenas (BIZZO, 1999).

O Planaflo, segundo Bizzo (1999), foi criado pelo governo com duas finalidades, a primeira delas, servir como modelo para o desenvolvimento do Estado de Rondônia e a segunda, servir de base para implementação do zoneamento sócio-econômico-ecológico, com o objetivo de fazer dele um instrumento de controle do deslocamento na região e minimizar os conflitos sociais que o Polonoroeste acabou gerando. Essa experiência, segundo a autora, é a primeira que o Banco Mundial financia com as características de sustentabilidade.

Ao longo dos anos 1970, o governo brasileiro também investiu em programas agrícolas que pudessem auxiliar no desenvolvimento local, dentre eles os polos regionais voltados para a colonização da Amazônia, que estavam ligados ao programa “Poloamazônia”. Estes polos tinham como objetivo promover a exploração agropecuária e mineral na região, bem como promover a ocupação do vazio amazônico, a produção agrícola, e amenizar os conflitos de terras no Nordeste incentivando o deslocamento destes nordestinos para o vazio demográfico da Amazônia. O Poloamazônia fazia parte do Programa de Integração Nacional – PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA.

Como observa Santos (2004), desde o governo de Getúlio Vargas o que motivou a promoção do crescimento econômico da região amazônica, assim como sua ocupação humana, foram interesses de cunho geopolítico. As ações do governo federal com este fim, por meio do decreto assinado em 1943 pelo então residente,

criou o Território do Rio Branco, que posteriormente, recebeu o nome de Território de Roraima.

Importante ressaltar que Roraima, historicamente, esteve isolado das demais regiões do país. Em razão disso, segundo Diniz (2003b), mesmo com o auge da extração da borracha na Amazônia e o processo de ocupação dessa região por meio dos projetos de desenvolvimento demográfico e econômico, sua ocupação foi irrisória frente aos demais estados da região Norte.

Não se distanciando dos objetivos gerais dos grandes projetos elaborados pelo governo federal para fomentar o desenvolvimento econômico da Amazônia, o processo de ocupação do Estado de Roraima ocorreu a partir dos projetos de colonização. Esta política, patrocinada pelos militares e administrada localmente por seus representantes, foi responsável pelo deslocamento de diversas famílias da região Nordeste (BARROS, 1995).

Barbosa (1993) considera que as políticas de ocupação demográfica da Amazônia, promovidas pelos governos militares não foram planejadas apenas com o intuito de integrar a região ao resto do país ou de povoar as fronteiras que, sem a presença humana, estava frágil à invasão dos países vizinhos. Em sua concepção, esse modelo de política de ocupação tinha a finalidade de promover um tipo de reforma agrária no país sem que fosse preciso incomodar os latifundiários. Modelo que ainda continua norteando as políticas federais. O autor segue afirmando que essas políticas de incentivo ao deslocamento atingem Roraima no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando as forças políticas locais começam a se articular e veem no deslocamento o pilar para concentração e legitimação do poder. Nesse caso, a abertura das frentes de colonização promovidas pelos militares foi bem recebida por aqui.

Roraima passou a ser a “pupila” dos militares em razão de outros estados, como Mato Grosso, Rondônia e Pará, que virou um verdadeiro barril de pólvora em razão dos conflitos entre colonos, fazendeiros e sojeiros, por não haver mais espaço para a política de expansão. O território roraimense tornou-se atrativo para este modelo de política por sua baixa densidade demográfica e por haver grupos políticos interessados em se fortalecer por meio da distribuição de terras aos migrantes pobres (BARBOSA, 1993).

Dentro de uma análise mais ampla a respeito do processo de colonização da Amazônia, em especial Roraima, a doação de terras não pode ser interpretada

como ação de caridade, de benevolência às famílias sem terras do Nordeste. Estas famílias não deixaram suas terras por opção, mas foram expulsas, como foi possível notar na fala de muitas famílias sobre os motivos que a trouxeram para o campo roraimense. Um dos objetivos do governo militar, com sua política de reforma agrária, era acabar com os conflitos naquela região trazendo para a Amazônia as famílias que resistiam entregar seus lotes ao latifúndio nordestino, e aquelas que já tinham perdido suas terras. Para suprir essa finalidade, Roraima passa a ser estratégico, porque ainda possuía terras disponíveis para ocupação.

Nesse caso, o governo de Médici buscava o desenvolvimento do país não apenas com investimento privado na Amazônia, mas também deslocando inúmeras famílias que viviam na “miséria” em outras localidades do país para que pudessem melhorar de vida na Amazônia, seguindo a mesma linha do Poloamazônia, efetivou em Roraima, no ano de 1975, o Polororaima. Criado com o objetivo de construir novas colônias, abrir estradas que pudesse agilizar a mobilidade nas novas colônias e regularizar a questão fundiária, permitindo, assim, um mapeamento das terras ainda a serem ocupadas. Porém, sua verdadeira função era implantar no Território dois polos, um agropecuário e outro mineral (BARBOSA, 1993; SANTOS, 2004).

[...] este delineava toda uma ocupação do espaço do território com a implantação de um polo agropecuário e outro mineral, como constava no POLAMAZÔNIA, além de prever a introdução de toda uma infraestrutura para dar suporte à evolução local do II PND. Tudo isso exigia uma ocupação “racional” do espaço físico, o que não combinava com o tipo de ocupação da terra até então feita [...] (SANTOS, 2004, p. 63).

O Polororaima foi um investimento do governo federal em infraestrutura, a fim de permitir a ocupação em massa de pessoas que se deslocaram de outros estados para Roraima, razão que levou a elite política local, que procurava se fortalecer, a se envolver nesse processo. Mas as coisas não aconteceram no espaço de tempo que almejavam, alguns entraves impossibilitaram o fortalecimento desses grupos para conseguirem de imediato tal feito. Primeiro porque a BR-174 ainda estava em processo de abertura, e a chegada ao Território era feita por barco até Caracaraí ou por avião, que pousava no Aeroporto Internacional de Boa Vista; e segundo, os governadores locais ainda eram militares, e não viam com bons olhos a consolidação de uma força política local, o que veio a mudar com o Brigadeiro da

Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto, que assumiu o Território pela primeira vez entre os anos de 1979 e 1983 (SANTOS, 2004).

A criação do INCRA¹², em 1970, pelo Presidente Médici demonstrava os novos rumos que a política agrária do país seguiria. O processo de regularização e criação de novas áreas de colonização e Projetos de Assentamentos dentro do Polororaima esteve sob a responsabilidade desse órgão. Para dizer a que veio ao Território de Roraima, ele criou a Colônia de Alto Alegre, o Programa de Assentamento Rápido – PAR Apiaú, Barauana e Jauaperi e implantou o PAD Anauá e Jatapú. Segundo Barbosa (1993), esses núcleos são considerados embriões das vilas que depois se tornaram município, é o caso da colônia Alto Alegre, que deu origem aquele município, o PAD Anauá e Jatapú de onde nasceram os municípios de Caroebe, São Luis, São João da Baliza e Rorainópolis, esse último ainda conhecido como Vila do INCRA. Tem a vila Apiaú, que pertence ao município de Mucajaí e a do Barauna, que está dentro do município de Caracarái.

A respeito dos PA's, Cardoso (2009) comenta que:

[...] o primeiro projeto de assentamento realizado pelo INCRA no estado de Roraima foi executado ainda no regime militar. Trata-se, na verdade, de um Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), espécie de instrumento utilizado pelos militares para colonizar a Amazônia, utilizado como tática para transformar camponeses em proprietários [...]. O PAD Anauá, assim como vários outros projetos de colonização, seja do próprio INCRA ou do governo do estado de Roraima, foram incorporados ao referido sistema como projetos de reforma agrária. Por causa disso, recebem tratamento equivalente a todos os demais PA's (CARDOSO, 2009, p. 110).

Dentre as implicações causadas pela implantação dos assentamentos no antigo Território de Roraima, Barbosa (1993) e Santos (2004) chamam atenção para as transformações da paisagem na região sul e sudeste do Território. As regiões norte e nordeste do antigo território já estavam ocupadas pelo gado das fazendas que pertenciam as famílias tradicionais existentes e pelas comunidades indígenas. No caso do gado, Lobo D'Almada foi o responsável pela inserção das primeiras cabeças na região a partir da segunda metade do século XVIII. Em razão dessa ocupação não tinha como se pensar implantar outros projetos nessas áreas, então,

¹² O INCRA é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. Fonte: <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>. Pesquisado em 12 de março de 2014.

o governo federal, por meio do INCRA, decidiu implantar seus projetos em área de floresta, aproveitando as novas rodovias federais abertas: BR-174, BR-210 e a Perimetral Norte.

Santos (2004) salienta que:

[...] O avanço dos assentamentos do INCRA e do governo do território para a floresta e a implantação de pastagens nos mesmos, principalmente os mais antigos, além da exploração da madeira, vão mudando gradativamente o ambiente físico, o social e também o político no sul e sudeste. Sem dúvida, há uma convergência quanto ao progressivo avanço das pastagens para a floresta, à custa da apropriação, inclusive por compra de terras antes ocupadas pelos colonos migrantes (SANTOS, 2004, p. 167-168).

De acordo com Freitas (1997), desde 1940 a população de migrantes maranhenses para Roraima foi maior que dos demais estados. Para o autor, essa relação histórica se fortaleceu com as séries de deslocamentos. Ainda segundo Freitas, a elevação de Roraima à condição de Território Federal e a implantação das áreas de colonização, causaram importantes impactos no crescimento populacional.

Mesmo que tenha havido um forte investimento a fim de tornar Roraima um Estado próspero, conforme Diniz (2003a; 2003b) e Barros (1995), tais políticas não foram suficientes para fazer do Estado um lugar povoado e com relações economicamente estreitas com os demais da região. Isso ocorreu por uma série de fatores, dentre eles, o fato do Estado depender exclusivamente do rio como canal de navegação e transporte de mercadoria. O Rio Branco só era navegável durante o inverno, na seca, as corredeiras não permitiam a navegação, que só chegava até Caracarái, de onde o percurso era feito por terra até a capital do Estado.

O problema de transporte e locomoção só é resolvido em 1977, ano em que a BR-174 liga Boa Vista/RR a Manaus/AM. A construção da estrada começou em 1972, sob a responsabilidade do 6º Batalhão de engenharia de Construção – 6ºBEC, e o seu objetivo não era interligar apenas estas duas capitais, mas abrir caminho para ocupação da faixa de fronteira do país com a Venezuela e Guyana, nessa última através da BR-401 (BARROS, 1995; DINIZ, 2003a).

A respeito da BR-401, outro projeto construído pelo 6º BEC, obedecendo a perspectiva de integração nacional, foi a ponte sobre o Rio Branco, que recebeu o nome de Ponte dos Macuxi. A construção desta ponte foi necessária para que a

abertura da referida BR fosse possível, assim como a ligação entre os dois países (FOLHABV, ed. 5572).

Segundo Diniz (2003b), a abertura dessas estradas se tornou um marco histórico na “ocupação humana do Estado”. Garantindo o processo de locomoção ininterrupto, em qualquer período do ano, contribuindo, então, para a legitimação dos projetos de colonização na região.

Tais projetos, como já mencionados, visavam solucionar duas questões que o país considerava emergencial. A primeira delas era atender a demanda geopolítica do Estado, isto é, povoar os espaços vazios da Amazônia, com a preocupação de resguardar suas fronteiras de possíveis invasões internacionais. Lembrando que o “vazio demográfico” é um discurso ideológico elaborado para justificar as políticas públicas na região. A segunda questão era resolver o problema do Nordeste, de um lado envolto com a situação da seca, e de outro com os intensos conflitos agrários. Em razão disso, o caminho para este povo “sofrido” do Nordeste era alocá-los em regiões úmidas e com “terra de sobra para plantar” (BARROS, 1995).

Uma reportagem feita pelo jornal impresso Folha de Boa Vista é pertinente sobre essa política de atração do povo nordestino para o Estado, conforme pode ser analisado abaixo:

Em 1975, com o término da construção da ponte (*sobre o Rio Branco*), os governantes da época iniciaram o processo de ocupação da área, para garantir moradia aos nordestinos, principalmente maranhenses que chegavam em grande quantidade na capital, atraídos pela doação de terrenos e por emprego. (FOLHABV, XXXIV, p. 1, destaque meu).

Muitos desses nordestinos viraram agricultores, pois, as famílias migrantes que por aqui chegaram, depois de uma experiência na cidade, preferiam o acesso a um lote de terra para plantar. Esta política de atração dos nordestinos, em especial os maranhenses, para o campo no Estado foi um fato que alterou, significativamente, o lugar e a demografia da região, como bem frisado por Barbosa (1993) e Santos (2004).

A política do governo Vargas de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia a partir de 1943, criando diversas políticas de incentivos ao deslocamento para a região amazônica. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, publicado em 2001, trouxe um elemento novo para análise desse

fenômeno. A pesquisa demonstrou que o motivo do deslocamento nos últimos quatro anos de boa parte dos entrevistados não foi por necessidade de trabalho, de melhores salários ou atendendo ao convite do Estado para ocupar determinada região, mas o acompanhamento de familiares. Essa situação não anula o fato de que, embora não tenham se deslocado em busca de trabalho, mas foi em consequência dele, porque o cônjuge, quando migrou, foi em busca de meios que pudessem melhorar a vida da família. Esse deslocamento do lugar de origem ao de destino ocorre, geralmente, quando esse último oferece condições melhores de sobrevivência do que aquele em que se vivia antes.

A respeito do deslocamento entre os jovens de 15 a 29 anos, segundo a pesquisa, ocorre cada vez com mais frequência, e as razões para que isso aconteça são diversas, e que tem uma demarcação histórica e temporal, porque elas já foram apontadas em estudos como os realizados por Oliveira e Jannuzzi (2005), que pensam o processo “migratório” entre a juventude a partir da perspectiva do trabalho. Entendem que há um fluxo dinâmico de jovens entrando e saindo do mercado de trabalho, por terem mais sensibilidade à oferta de emprego e mais flexibilidade quanto à adaptação em novas experiências e facilidade de desprendimento do lugar de origem em busca de melhores condições de estudo e formação profissional.

Na pesquisa publicada por Ravenstein (1980 [1885]), em suas “leis da migração”, apontou, por exemplo, que o deslocamento entre as moças acontecia acentuadamente em razão da necessidade de acompanhar o esposo, enquanto que os jovens se tornavam migrantes em busca de trabalho. Woortmann (2009 [1990]) aponta que a saída do jovem para a cidade é pré-requisito para o casamento, pois, seu retorno ao “sítio” o faz ser considerado por todos uma pessoa adulta com responsabilidade suficiente para se casar com uma jovem do lugar. Depois de casados era comum que o jovem levasse sua esposa, como acompanhante, para a cidade, ou mandava buscá-la depois.

Na discussão a respeito do processo de deslocamento do campo para a cidade, os dados apresentados por Camarano e Abramovay (1999) dão conta de que este fenômeno ocorreu, de forma mais acentuada, entre as décadas de 1960 a 1980, período em que aproximadamente 27 milhões de pessoas deixaram o campo e passaram a morar na cidade. O resultado do Censo de 2010, realizado pelo IBGE, demonstra que ao contrário do que aconteceu nas décadas supracitadas, incluindo a

década de 1990, o deslocamento de retorno ao campo teve um resultado positivo, pelo menos na região Norte, e consequência do deslocamento da cidade para o campo e da chegada de novas famílias de outros estados que optaram pelo campo. (IBGE, 2010).

O Brasil, no intervalo dos censos de 2000 e 2010, teve uma taxa de crescimento de 1,17%, a região Norte, por sua vez, teve uma taxa quase em dobro, cresceu 2,09%. Em termo de número, isso significa que houve um aumento de 2.963.750 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta) pessoas, um percentual de 14,1% do crescimento nacional, embora toda a região represente apenas 8,3% da população brasileira. Além disso, os cinco estados que mais cresceram, em termo de população, encontram-se na região Norte. Em primeiro está o Estado do Amapá, que cresceu 3,45%, segundo foi o Estado de Roraima, com 3,34%; Acre em terceiro, com 2,78%; em quarto o Estado do Amazonas, cujo crescimento foi de 2,16% e, por último, o Pará, com a taxa de 2,04%. Os referidos Estados, com exceção do Pará, tiveram um crescimento maior que a região Norte (IBGE, 2010).

A respeito do deslocamento para o campo, a pesquisa mostra que, diferentemente do que ocorreu nas demais regiões do país, o Norte teve, comparado ao censo de 2000, um aumento de 313.606 moradores a mais no campo. Um saldo considerado positivo, pois, em nível nacional a saída do campo para a cidade foi de dois milhões de moradores somadas as regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A região Centro-Oeste também teve números positivos, sua população no campo cresceu 31.379. Este fato influenciou no desaceleramento do processo de urbanização da região frente ao resultado nacional, porque ficou com 73,5%, enquanto às demais regiões foram de 84,4%. (IBGE, 2010).

Segundo o mesmo censo de 2010, essa perda do campo de dois milhões de habitantes representa um saldo positivo diante do que foi apresentado pelo Censo de 2000, onde o deslocamento do campo para a cidade atingiu seus quatro milhões de pessoas. Se tratando de média, segundo o IBGE (2010), nos demais Censos a média de pessoas que trocavam o campo pela cidade era de 1,31% ao ano, o Censo de 2010 demonstrou que essa média caiu para 0,65%. Esses números representam o enfraquecimento do deslocamento de pessoas do campo em direção à cidade.

Esse resultado não aponta que as pessoas deixaram de se deslocar, o que ocorre é que, se até a década de 1990 o deslocamento passou a ser estudada como fenômeno interno no Brasil, isto é, o deslocamento do campo para a cidade passou a ser mais intensa do que para fora do país, a partir dos anos 2000 o deslocamento interno muda de rota, onde as pessoas não têm como destino a cidade, mas outras áreas rurais. Se antes o deslocamento interno se dava do campo para a cidade, o resultado do censo demonstra que ora ela ocorre em sentido contrário, da cidade para o campo, ora acontece interna ao campo, onde as pessoas mudam de assentamentos ou vicinal. Um dos principais motivos do crescimento da região Norte, segundo o IBGE (2010), por conta da dinamização econômica promovida pelos Estados em suas fronteiras agrícolas e minerais, atraindo, assim, moradores de outros estados. A esta dinâmica está associada à venda e compra de terras a pequenos valores, se comparado às demais regiões.

O município de Rorainópolis é um exemplo claro das mudanças que vem ocorrendo no campo, uma vez que apresenta de maneira acentuada essas transformações. Revisando duas entrevistas feitas em 2011, quando estava escrevendo a monografia da graduação, com o Sr. Francisco Reis, conhecido na cidade de Rorainópolis como Chico Reis, e o Sr. João Rosa, responsáveis pela fundação do lugar, encontrei informações sobre como ocorreu o processo de chegada das primeiras famílias no município.

2.3 Gênese de um lugar: o caso de Rorainópolis

Os Srs. Chico Reis, João Rosa e Israel eram trabalhadores, juntamente com outros homens, de uma empresa terceirizada, responsável pela colocação de bueiros ao longo da BR-174, sentido Boa Vista - Manaus, que pertencia ao Sr. Gentil Carneiro, que foi quem os contratou para colocarem bueiros. Quando chegaram ao local, que hoje é a sede municipal, a estrada já estava na piçarra, porém, ainda não havia encontrado com a outra frente de colocação bueiros que vinha de Manaus.

Na vila de Martins Pereira havia uma base do 6º Batalhão de Engenharia Civil – BEC, responsável pela fiscalização do tráfego de trabalhadores na BR, sendo o Sr. Gentil Carneiro o responsável pela colocação dos bueiros na estrada, então, tinha livre acesso para transitar com seus trabalhadores. Para alocar o pessoal que

trabalhava com ele, o Sr. Gentil demarcou um espaço de terra que ia desde o igarapé, que hoje recebe o seu nome, até o igarapé Azul, e montou acampamento.

Na mudança para esse novo lugar onde iria ficar os trabalhadores o Sr. Chico Reis resolveu levar, na caçamba do carro do Sr. Gentil, toda a família, a esposa e os seis filhos. Essa decisão lhe trouxe problema quando foi para atravessar a barreira do 6º BEC em Martins Pereira, já que o acesso era permitido apenas para trabalhadores e não família de trabalhadores. Foi preciso que o Sr. Gentil intercedesse por ele e sua família, ocasião em que foi permitido a passagem. Como toda equipe de trabalho estava em processo de mudança, a família do Sr. Chico Reis ficou com ele no mesmo acampamento dos trabalhadores. Saiu de lá quando resolveu demarcar um pedaço de terra e, além da roça, construiu dentro um barraco. O próprio Sr. Chico Reis relata o fato:

O 6º BEC era o responsável pela fiscalização de circulação na BR, e o acampamento dele era ali em Martins Pereira. E só passei com a família por intermédio do empreiteiro Gentil Carneiro, que era o responsável pela colocação dos bueiros, eu vim no carro dele, aí consegui passar (Sr. Chico Reis, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Segundo o Sr. Chico Reis, a chegada dele com sua família, juntamente com o Sr. João Rosa e o Sr. Israel, foi no dia 16 de outubro de 1976. A família do Sr. João Rosa havia ficado no município de Mucajaí, onde a esposa, grávida, estava próxima de entrar em trabalho de parto. Após o nascimento da criança, seguiu viagem para junto do esposo. Ambas as famílias, com exceção do Sr. Israel, ainda continuam morando no mesmo lugar onde construíram sua primeira casa, na época uma pequena barraquinha. Mas a vida não era fácil, conforme relata o Sr. João Rosa, não apenas por conta do isolamento, mas porque ocupavam um lugar que não tinham a certeza se iam ficar, pois, havia um tenente do 6º BEC que pressionava eles para que desocupassem a área.

O INCRA chegou em 1977, e tinha como responsável o Senhor Moisés, chamado pelos entrevistados de professor Moisés, a quem eles recorreram em busca de ajuda, porém, este argumentou que não poderia entrar na briga, mas que se eles quisessem ficar, deveriam colocar roças grandes e encher de plantação, assim como fazer outros tipos de cultivos ao redor do lugar onde estavam morando, recomendara ainda que se por acaso o pessoal do 6º BEC aparecesse, que se

refugiassem na mata, para que não fossem presos. E foi assim que fizeram, conforme relato abaixo:

Nós ficamos trabalhando aqui, não tinha INCRA, não tinha nada, só a gente mesmo; depois a gente foi surpreendido por um tenente do BEC, ele não queria que a gente ficasse aqui, tentou nos tirar, veio ainda aqui e pediu para que a gente se retirasse, foi quando o INCRA começou a chegar e a gente procurou o responsável, que era o professor Moises, e ele nos informou que o INCRA não tinha condições para entrar na briga, o que ele falou foi que a gente se mantivesse no lote, e quando ouviu a zoadada do carro chegando, que a gente adentrasse à mata e corresse para não ser pegos, e que a gente pudesse aproveitar o tempo para plantar bastante, plantar muito mesmo, o que tivesse para plantar, manga, limão, laranja, pois a gente já estava com as roças queimadas, e assim a gente fez (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Depois que o INCRA se instalou de vez, isso em 1978, com toda sua estrutura construída de madeira, material que ainda ostenta a sede do referido órgão no município; a partir de então as coisas começaram a melhorar para as duas famílias que estavam ali desde 1976, devido a implementação das políticas de colonização. Nessa época o governador era Ramos Pereira e o prefeito de Caracará, município a que pertencia a “Vila do INCRA” (primeiro nome dado ao então município de Rorainópolis), era Diomedes. Depois que Rorainópolis passou a pertencer a São Luiz, que antes também era território de Caracará, se emancipando com a organização dos migrantes que começou a chegar à região. A princípio, Rorainópolis deveria ser fundada onde é hoje o Novo Paraíso, para dar suporte à São Luiz, mas como ali havia algumas famílias de gaúchos ocupando, com a chegada das pessoas, eles cuidaram de repartir as terras para vender aos que iam chegando. Tanto em São Luiz como na Vila do INCRA a terra era dada, então as famílias preferiam ir para esses lugares a ficar no Novo Paraíso.

Rorainópolis era para ser feita ali no Quinhentos [Novo Paraíso], pois, São Luiz achava que ficando ali no entroncamento seria melhor, mas ali já morava famílias de gaúchos, e eles se apossaram das terras e lotearam para vender. Como as famílias quando sai de seu lugarzinho à procura de um lugar melhor vem à rasto, e quando chegavam não tinham condição de comprar. O Valdivino, que era quem acolhia as famílias que chegavam a São Luiz, fazia era dá. As pessoas chegavam lá e ele já ia dizendo onde que podia fazer suas casas, sem pagar um vintém. E com isso São Luiz foi crescendo muito rapidinho. Por causa disso, logo São Luiz foi municipalizada, e como agente aqui era mais novo, e não tinha gente suficiente para que também fosse transformada em cidade, então ficamos sendo administrados por São Luiz, isso, se não me falha a memória, foi em 1981 (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Esse vínculo durou até o ano de 1995, época em que Rorainópolis foi municipalizado, tendo como primeiro prefeito o Sr. Carlinho, amazonense que se instalara na região em razão dos negócios que fazia nessa cidade. Mas não chegou a concluir seu mandato por motivo de seu falecimento; assumiu em seu lugar o vice, que nas eleições do ano de 2000 tentou a reeleição contra a Otília Pinto, filha do ex-governador Ottomar Pinto; esta não encontrou dificuldade para se eleger, conforme a fala do Sr. João Rosa:

Na verdade, só o fato das pessoas saberem que era filha do Ottomar já votavam nela, então, não precisava de campanha, pois todo mundo aqui conhecia ele, então, era só falar que era filha do Ottomar (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

A eleição de Otília ocorreu em razão da gratidão que o povo local tinha para com Ottomar Pinto anos atrás, que viu no lugar uma oportunidade de aumentar sua popularidade, ainda como governador indicado pelos militares, sendo ele também militar, brigadeiro da Aeronáutica. O Sr. João Rosa informou que, no período das eleições posterior a ocupação que fizeram da beira da BR-174, Hélio Campos também visitou a estrada, inaugurada em 1977, e em reunião com os moradores pediu o apoio em troca de promessas.

[...] quando ele se elegeu apareceu aqui o Ottomar, para quem a gente solicitou uma Vila, ele se animou porque não tinha condição de colocar um colégio em cada lugar onde tinha morador, então, com a Vila, que juntava o povo todo, ficaria melhor” (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Analisando a fala do Sr. João Rosa e do Sr. Chico Reis sobre o lugar ocupado, percebe-se que o desejo deles era que o lugar fosse elevado à categoria de vila, por já haver um povoado constituído, inúmeras famílias morando no lugar, porém, sem nenhuma assistência por parte do Estado. Com a chegada de famílias, por conta da abertura da estrada, o Sr. Moisés, responsável pelo INCRA, cedeu o lado da BR que hoje se concentra a população do município para que fosse ocupada, razão pela qual os moradores se juntaram e conseguiram fazer com que seu pedido de ajuda chegasse até o prefeito de Caracaraí, Diomedes, o qual prontamente enviou para as pessoas da vila correntes de motosserra e uma banda de boi para ser servida às pessoas que estavam trabalhando na ampliação do povoado.

Os lotes foram demarcados à medida que as ruas eram feitas, e essas demarcações não eram feitas apenas para atender as famílias que residiam ali, mas, também com o objetivo de acolher os migrantes que chegavam em busca de um lugar para morar. Essa prática se configurava, na verdade, como estratégia para segurar no lugar as inúmeras famílias que passavam em direção a São Luiz em busca de terra. Com pretensões de aumentar o número de famílias morando em Rorainópolis, o Sr. João Rosa fala que:

[...] a gente cortou uma quantidade grande de lote, e quando a gente pensava que ainda tinha lote, não tinha mais nem um, todos estavam ocupados, aí a gente teve que cortar mais lotes (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

O responsável pela abertura das primeiras ruas foi o Sr. Benedito, agrimensor, esposo da Sra. Maria Enfermeira, que além de ser a enfermeira, também era parteira. A primeira rua a ser aberta foi a Avenida Dra. Landara, que continua sendo a principal avenida da cidade, a segunda recebeu o nome de Rua dos Maranhenses, nome escolhido se não em razão de homenagear o povo que passou a ocupar o lugar, ao menos foi aos fundadores, pois, ambos são do Estado do Maranhão, da cidade de Imperatriz. A Rua Apolinário veio logo depois, seguida das ruas Orestes e Pedro Daniel.

A primeira escola da cidade está localizada a duas quadras da BR-174, uma creche, Boneca Emília, personagem do sítio do pica-pau amarelo, obra de Monteiro Lobato. A escola fora construída pelo prefeito Diomedes a pedido do Sr. Gentil. Levantada em tijolos, foi para lá que a população levou o então governador Ottomar, que estava de passagem para a vila do Jundiá e foi abordado pelas famílias enquanto parou na sede do INCRA, para reivindicarem dele a elevação do lugar ao status de vila. Segundo o Sr. Chico Reis, chegou a sua residência uma carta do governador agendando uma reunião com o responsável pelo INCRA. Como as casas construídas para receber os funcionários não estavam ainda ocupadas, a carta chegou até sua residência, por ser ele a referência do lugar. Com a carta em mãos, sabendo o dia e a hora que a comitiva devia passar, ele juntou as famílias e foram para frente do INCRA esperar o governador.

Quando foi 12:30 ele chegou, falou com a gente e pediu licença para continuar a viagem, pois, precisava chegar até o Jundiá, foi quando eu

toquei no ombro dele e pedi licença para falar com ele, dizendo que não era à toa que a gente estava ali na beira da estrada esperando por ele, pois, ali todo mundo era pai de família e mãe de família, todos aguardando para falar com ele. Aí continuei falando que a gente estava aqui igual índio sem a presença da FUNAI, abandonados, não tinha um posto médico, não tinha uma escola para os filhos estudar, por mais que tenha sido feito uma escolinha, onde dois professores ensinavam, ali as crianças não tinham um lápis para escrever que dirá uma carteira. Ele pediu para que a gente fosse até ao colégio, e a gente foi. Chegando lá ele olhou a situação do colégio e a multidão de gente perto dele, ele virou e disse que a gente estava pedindo com razão (Sr. Chico Reis, Rorainópolis, janeiro de 2011).

O governador decidiu nomear o Sr. Chico Reis como administrador local, antes de retornar à Boa Vista. Depois o governador enviou para Rorainópolis máquinas e homens para ajudar na construção de mais casas, de um posto médico, uma escola, no caso a José de Alencar, e a construção de um lugar que pudesse servir de usina, pois mandou junto uma máquina de pilar arroz e um gerador de energia. Segundo conta o Sr. Chico Reis:

No dia 05 de março o maquinário chegou e no dia 06 de março comecei a trabalhar. Com 30 dias já tinha mais de 30 casas. Eu fui com ele [Ottomar] e ele mandou fazer aqui um colégio e comprar uns materiais, com um assessor dele, para fazer casa para máquina de arroz e um motor de luz (Sr. Chico Reis, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Aos poucos a cidade ia se estruturando e recebendo cada vez mais pessoas que estavam nesse processo de deslocamento, principalmente depois que o 6º BEC começou a abrir as primeiras vicinais para que o INCRA pudesse assentar as famílias que iam chegando pela BR-174. As primeiras vicinais a serem abertas foram a 1 e a 2, que são extensão da Av. Dra. Landara. Para quem chega a Rorainópolis vindo de Boa Vista, à esquerda da BR-174 fica a 1 e a direita, seguindo pela Avenida, chega-se ao início da 2. Não demorou para que as vicinais fossem loteadas, e tão logo isso ocorreu, o 6º BEC começou a abrir novas vicinais.

As pessoas que chegavam eram recebidas pelo Sr. Chico Reis, que às vezes, as alojavam em sua residência. Depois que construíram um barracão para receber os migrantes, elas eram encaminhadas para lá. Geralmente o destino dessas pessoas era São Luiz, mas como o INCRA começou a distribuir terras também em Rorainópolis, então elas acabavam ficando por lá mesmo. Ao decidirem ficar, caso fosse na vila, lhes era dado um terreno para construir suas casas, mas se os seus destinos fosse o campo, então, logo o INCRA fazia seus cadastros e depois

os encaminhava ao lote. Tanto na vila como no campo, o indivíduo tinha que se virar para construir sua casa. A respeito de uma possível ajuda inicial por parte do INCRA há divergências de informações; alguns moradores afirmam que ele ajudava, dando parte em dinheiro e outra em ferramentas, mas outros dizem que não, que só era dado o lote e o trabalhador tinha que se virar para limpar o lugar onde ia fazer a casa e a roça.

Até mesmo na cidade, quando a pessoa recebia o lote, ela tinha um tempo determinado para construir, mesmo que fosse um “barraquinho”. Se passasse do tempo previsto e não tivesse feito nada, então era tomado e repassado à outra família.

Sabemos que nessas circunstâncias de mudança muita gente chega nos lugares sem nada e alguns ainda conseguem chegar com alguma coisa. O certo é que quando essas pessoas chegavam aqui e tivessem condição de morar na cidade, então recebia o lote e dentro de três meses tinha que fazer alguma coisa dentro do lote, um barraco, uma casa, alguma coisa, porque se não o lote era tomado e dado para outros que estivesse em condição de fazer um barraquinho (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Segundo o Sr. João Rosa, a intensa chegada de migrantes na região se deu entre os anos de 1979, 1980 e 1981. Nos anos posteriores continuaram a chegar gente em busca de terra para trabalhar e dar uma vida melhor à sua família. Nos três anos citados, a demanda foi tão grande, que eles tiveram dificuldades em atender tanta gente. Depois houve uma queda, porém, não acentuada, porque ainda continuava chegando muita gente, às vezes em busca de outros parentes que já moravam na região. A finalidade inicial dessas pessoas não eram morar, mas apenas visitar parente, todavia, com uma boa propaganda feita pelo administrador local, acabavam se convencendo e ficavam. É o que deixa claro a fala do Sr. Chico Reis:

Às vezes chegavam aqui atrás de parentes apenas com o nome do lugar onde eles estariam, como chegou muitos aqui à procura de parentes que moravam no Equador, que já tinha ficado muito para trás, então, eu pegava o carro e levava para lá, caso quisessem mesmo ir para lá. Outros chegavam aqui com a intenção de seguir viagem para outros lugares, mas na viagem já eram influenciados por outras pessoas, que diziam ter um lugar bom de se morar mais na frente, chamado Vila do INCRA. Chegando aqui me procurava para saber como eram as coisas por aqui, então, eu falava que aqui a gente tinha colégio, posto médico, incentivo para as famílias que chegavam, aí as pessoas às vezes até estavam com o nome

de outro lugar na mente, então resolvia ficar por aqui mesmo (Sr. Chico Reis, Rorainópolis, janeiro de 2011).

A boa recepção feita na época, entendendo “boa” no sentido de as famílias chegarem e terem a sua disposição o básico, no caso, a terra para morar e produzir, muitas pessoas iam para Boa Vista com a finalidade de dar notícia para a família que havia ficado em seu lugar de origem, e aproveitavam para noticiar que estavam em uma terra que, parafraseando o Presidente Médici, corria “leite e mel”. O que despertava o interesse deles no deslocamento para o lugar de destino do parente que havia saído para se aventurar em busca de terra.

A segunda fase do deslocamento para Rorainópolis, posterior a 1981, foi influenciada pela “rádio pião¹³” ou “cipó”. Inclusive, aproveitando as boas notícias que circulavam na região do Estado do Maranhão sobre a Vila do INCRA, o Sr. Chico Reis, na companhia de outra pessoa, fez uma viagem em nome do governo do Estado em busca de famílias interessadas em se deslocar para Roraima. O custo que cada família teria que arcar era de seu lugar de origem até o porto em Belém. Ali já tinha um Navio contratado para trazer as famílias, e chegando a Manaus carros e ônibus estavam aguardando para conduzi-las até Rorainópolis.

As vezes a pessoa ia para Boa Vista lá conversava com a família em outro estado e falava como era aqui em Rorainópolis, então, quando elas vinham já vinham direto para cá. Eu fiz uma viagem, com um rapaz ai da Moderna, e só nessa viagem a gente trouxe mais de 90 pessoas, quase tudo Pai de família e Mãe de família, vinda todas do Maranhão, tudo por conta do governo, ele deu as passagens de Belém até aqui. As pessoas só tinham que chegar até Belém. Quando nós chegamos com esse povo em Manaus, já tinha ônibus e caminhão esperando, porque algumas pessoas vinham trazendo muito bagulho (Sr. Chico Reis, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Diante dos relatos feitos sobre a chegada de tanta família em busca de terra em Rorainópolis, cabe a análise de que tal chegada não foi motivada apenas em razão do “leite e mel” que corria por aqui. Elas simplesmente não deixavam suas terras lá e vinham para cá. Muitas dessas famílias nem terra tinham mais, a continuidade do trabalho na roça dependia da boa vontade de outras pessoas em ceder um pedaço de chão para plantar. Outras tiveram suas terras tomadas por latifundiários, obrigadas a deixarem o lugar que não servia apenas como meio de

¹³ Metáfora utilizada pelas pessoas para a divulgação de notícias no boca-a-boca, isto é, alguém fala aqui alguma coisa e essa coisa já é dita em outro lugar, que é levada para outro, e mais outro, e mais outro, até se espalhar e todo mundo ficar sabendo do assunto.

sobrevivência, mas também de morada, de construção e manutenção da identidade de agricultor, e viam em Roraima a oportunidade de reproduzir tal identidade. Considerando o fato de não receberem outro tipo de ajuda do INCRA, se não o próprio lote, sua persistência em adentrar a terra cedida, assim como explorá-la e criar as condições necessárias para permanecer nela com a família, demonstra tal vocação.

A fala do Sr. João Rosa a respeito das motivações que trouxeram inúmeras famílias para ocuparem o campo e o espaço urbano de Rorainópolis demonstra o argumento apresentado acima:

[...] lá de onde a gente vem é muito difícil possuir um pedaço de terra. A gente veio de lá, porque eu também sou maranhense, não foi porque a terra era ruim, não dava para plantar, a gente saiu de lá porque a terra foi tomada pelos grileiros. Lá morreu muita gente por causa de terra, e como a gente ficou sabendo que para essas bandas não tinha tanta gente assim, então resolvemos vir, porque é assim, quando a pessoa vem, as que ficam lá ficam aguardando notícias, se morreu ou não, e quando a pessoa volta para lá para buscar a família, então se junta outras pessoas a ela, porque se a pessoa veio e voltou é porque era bom mesmo. Então o processo é esse, um vem se aventurar, para saber se realmente o lugar é bom, depois de se certificar, já com o seu pedacinho de terra garantido, e às vezes já deixava garantido uns dois ou três para alguns dos amigos que também estavam interessados em morar na região, e que só estava esperando o cara retornar para buscar a família, para vir com ele. Então, é sempre assim, um vem e depois volta para buscar outros (Sr. João Rosa, Rorainópolis, janeiro de 2011).

Em conversa com outro agricultor, ele comentou como foi sua chegada em Rorainópolis, com a família, cuja trajetória segue a dinâmica relatada pelo Sr. João Rosa e o Sr. Chico Reis, sobre a comunicação prévia feita com pessoas que tinham ficado no lugar de origem, e como as famílias que tinham ficado lá sofriam pela dificuldade em possuir um pedaço de terra. Segundo ele:

Nós viemos do Maranhão. Eu sou filho de agricultor, meu pai é agricultor, os pais de meu pai já eram agricultores. Eu sempre trabalhei na agricultora, lá onde a gente morava era interior¹⁴. A gente veio para Roraima em agosto de 1996, a gente veio direto para a vicinal, meus pais já conheciam uma família que já tinha vindo antes, no início dos anos 1990. Essa família veio, e ela tinha amizade com meus pais, e aí foram trocando ideias, eles falando que aqui era bom para viver, para conseguir terra. Esse era um dos maiores sonhos dos maranhenses, conseguir um pedaço de terra para trabalhar, então acabamos vindo para Roraima em 1996. Viemos direto para o lote

¹⁴ Ser do interior não significa, automaticamente, ser do campo; os boa-vistenses, por exemplo, quando vão para algum outro município fora da Capital, dizem que vão para o interior. Todos os municípios do Estado, com exceção de Boa Vista, são considerados interior.

desse amigo de nossos pais, lá ficamos dois anos. Fomos assentados pelo INCRA em outra vicinal, mas não tinha estrada, não tinha acesso nenhum, a gente entrou, foi nós que fizemos as primeiras aberturas, e começamos a tocar, por conta (Francisco, Rorainópolis, fevereiro de 2011).

Mesmo em busca de terra para garantir sua sobrevivência e identidade, ainda na década de 1980, muitas famílias se desiludiram com o campo e resolveram trocar a estadia no lote por uma casa na cidade, não apenas em Rorainópolis, mas também em Boa Vista. As razões para que isso acontecesse foram as mais diversas, porém, a mais usada era a falta de apoio por parte do governo, pois não tinham mais condições de continuar sustentando o lote, e com isso muita gente optou por vendê-la.

Esses migrantes não saíram sem antes terem modificados por completo o lote, trocando a paisagem natural para pasto ou capoeira¹⁵. O comércio de madeira também contribuiu significativamente para essa mudança, mesmo porque era ela uma fonte de renda da família, que não tinha, e ainda não tem, o devido apoio do INCRA, órgão que ainda não conseguiu implementar no campo uma política de continuidade, que tem preferência pelas políticas pontuais e emergenciais, em vez de políticas públicas com capacidade de observar as mais variadas realidades vivido no campo brasileiro.

A distribuição de terra desagregada da reforma agrária, política tão almejada pelos agricultores e odiada pelo latifúndio, incentivou o surgimento de inúmeras serrarias na região, as quais se aproveitavam do fato de muitas famílias não disporem de outra fonte de renda para continuar se mantendo no lote. A madeira era vendida por tora; depois de beneficiada seu valor se torna superior. A legislação na época permitia que isso acontecesse, porque era permitido que o agricultor desmatasse até 80% de seu lote, depois caiu para 50% e atualmente permite 20%. Para um lote de 60 ha ainda intacto, sem nenhum tipo de desmatamento, é permitido a exploração de 12 ha, mas só depois de passar por todo um processo burocrático nos órgãos de fiscalização ambiental.

¹⁵ É o nome dado a uma área do lote que foi desmatada para colocar roça e depois de retirada a produção fica em descanso ou repouso, criando uma segunda vegetação, mais rasteira. Depois de circular por outras partes da propriedade colocando roça, o agricultor volta a roçar esse espaço para nova roça. Hoje em dia já quase nem é possível encontrar capoeira nos lotes, porque ao colocar a roça, junto com o arroz, o milho ou outro plantio já colocam também a semente do capim, para atender a demanda do gado que tem na propriedade ou para alugar o pasto, cujo valor do aluguel é cobrado por cabeça.

Famílias vendem e famílias compram, pessoas saem e outras chegam, e cada novo dono procura deixar o lote do seu jeito, explorando o que acha que precisa explorar para começar a fazer a propriedade produzir do seu modo. E a saída do lote para a cidade, por inúmeras famílias, segue a lógica apontada por Durham (2004), que sair não representa rompimento com o campo, mas uma oportunidade de conseguir as condições necessárias para que em momento oportuno possam voltar a ocupar o campo novamente. Esse contexto de saída que serve, como pano de fundo, para a discussão feita no capítulo seguinte, que trata do deslocamento das jovens do campo para a cidade de Boa Vista.

3 JOVENS RURAIS EM DIREÇÃO A BOA VISTA

A mudança do campo para a cidade não representa uma decisão fácil, ainda mais quando a família não acompanha. Nesse contexto, geralmente a cidade não representa aos jovens que se deslocam do campo em direção a mesma, um lugar de morada, mas um espaço de conquista do seu projeto de vida, que comumente está entrelaçado ao anseio de estudar e conseguir um trabalho. O contexto apresentado nos relatos das jovens permite dizer que a saída não é espontânea, mas necessária para que se conquiste aquilo que o campo não lhe oferece, viver sua juventude alimentando o projeto de conquistas que lhe possibilite alcançar a vida adulta sem atropelos.

Uma jovem decidir entre morar na cidade e viver no campo é uma atitude que, de um lado exige muita coragem e força de vontade, pois o novo espaço a ser ocupado não conta com a presença contínua dos pais, e de outro, flexibilidade e aceitação de si como sujeito do campo morando na cidade. Porquanto ainda está em processo de desconstrução do olhar urbano preconceituoso sobre as pessoas que vivem no campo ou saem dele em direção à cidade.

Se a realidade do campo brasileiro forçou o surgimento do grande fenômeno conhecido a partir da década de 1970 como “êxodo rural”, empurrando famílias inteiras em direção aos centros urbanos, particularmente pais de famílias que viam na cidade o único meio de sustento da família, dentre a juventude não é diferente. O processo de deslocamento da juventude do campo em direção ao meio urbano é uma realidade muito presente, porém, com certa diferença, esse fenômeno não tem características de permanência, mas de provisoriedade.

Podemos perceber isso a partir das inúmeras pesquisas que se tem desenvolvido no campo acadêmico brasileiro nas duas últimas décadas, tendo como sujeitos de estudos os jovens do campo, embora Weisheimer (2004) considera que faltou para esta juventude um olhar mais particularizado por parte de quem se comprometeu de estudar o campo. Essa tese do autor se justifica pelo fato de ter realizado uma pesquisa, que foi publicada como livro, onde buscava identificar o tema “juventude rural” em trabalhos acadêmicos como monografia, dissertações, teses, publicações de livros e periódicos. Dos poucos trabalhos que encontrou focado no referido tema, a maioria concebia o jovem não como sujeito, mas apenas extensão da família, ou seja, nada mais do que filho. E essa situação é considerada

grave pelo autor, pois, a contribuição dos mesmos não refletiu apenas no processo de invisibilidade dos jovens rurais enquanto sujeito, mas também, para o fortalecimento de exclusão do mesmo, isentando-o de qualquer possibilidade de adquirir direitos a políticas públicas específicas a juventude, e em particular aos jovens do campo.

Corroborando com o pensamento de Castro (2005), para quem o fato de haver um número pequeno de produção acadêmica que estuda a juventude do campo como sujeito, não significa que esses sujeitos não tenham o que dizer. É importante salientar que o processo de marginalização da juventude nas políticas públicas contribui para o enfraquecimento da potencialização dos projetos idealizados pelos jovens no campo.

Carneiro (2005) fazendo referência a Durston (1994), expõe que a invisibilidade dos jovens rurais é consequência de um olhar urbano estereotipado sobre esta juventude, colocando-a em um tempo e espaço onde ao se posicionarem fora deles não são considerados mais jovens rurais, por exemplo, quando optam em morar na cidade. Esse determinismo já deveria ter sido superado, mas, ainda se faz presente nas relações sociais estabelecidas na cidade, exigindo aos mesmos que deixem de se considerarem jovens rurais e passem a se ver como jovens urbanos. Esse contexto é uma experiência presente entre homens e mulheres do campo.

A invisibilidade dos jovens do campo pelas políticas públicas é uma forte contribuinte para o fomento, de maneira intensa e contínua, do processo de expulsão desses sujeitos do referido espaço, atingindo principalmente as jovens. Esse problema tem contribuído para o fortalecimento de outros dois, o envelhecimento do campo e sua masculinização. Segundo Martins (2008), a identificação desses dois fenômenos parte de duas vertentes, a primeira delas provocada pela expulsão dos jovens rurais, e a segunda, pelo fato das jovens serem maioria nesse processo de êxodo. Vale ressaltar que essa problemática envolvendo a juventude que vive no campo emerge não com a preocupação de colocar os jovens no centro da discussão como sujeitos e com o interesse de criar meios ou mecanismos que lhes possibilite escolher entre ficar no lote¹⁶ ou sair dele. O que acontece, de fato, é que os jovens se tornam objeto de estudo com a finalidade de

¹⁶ O lote a que nos referimos aqui é uma propriedade com medição de 300 m de frente por 2.000 m de fundo, correspondendo ao total de 60 hectares (ha) de terra. 1 ha de terra corresponde a 4 linhas, 1 linha mede 50 m², então, 1 ha possui 200 m², multiplicado por 60 dá um total de 12.000 m².

se tornarem explicação para o possível futuro que aguarda o campo, o seu esvaziamento por não ter quem queira continuar morando nele.

Weisheimer (2005) considera que a “juventude rural” ganha uma atenção especial dado que sua ausência do campo coloca em xeque a continuidade da produtividade familiar, assim, como a impossibilidade de surgir novas gerações no campo. O autor deixa claro que não houve por longa data nenhuma preocupação, por parte do Estado, pela situação de miséria vivida pelos jovens rurais e seus familiares, em razão disso, a atenção dada aos jovens nos últimos tempos se configura em uma estratégia focada no objetivo de segurar os jovens no campo para inibir qualquer possibilidade de desertificação do campo.

Brumer (2007) considera em seus estudos que, se tratando dos jovens do campo, há a necessidade de se perceber na promoção das políticas públicas as jovens do campo como sujeitas nesse processo. Conforme a autora, se o papel da mulher não ganha visibilidade entre a sociedade “machista” muito marcante no meio urbano, no campo a invisibilidade da mesma é ainda mais acentuada. Ela considera que, dentre outros elementos que contribuem para o fortalecimento do sentimento de saída entre as jovens rurais do campo em direção à cidade, é a divisão do trabalho no lote por gênero e geração que desperta desde cedo entre as jovens o anseio de buscar na cidade um meio de vida diferente daquele vivido no seio familiar.

Brumer (2007) argumenta ainda que a questão de gênero está atrelada aos papéis delegados no núcleo familiar, cabendo à mulher, geralmente, o de submissão, já que é obrigada a tomar conta da casa como algo natural, que não cabe qualquer tipo de questionamento. A autora também considera a falta de oportunidade às jovens para que se insira no processo de produção de forma autônoma e a exclusão dos espaços de decisão sobre o que é bom para o lote contribui de maneira significativa para o fortalecimento nas jovens do desejo em dar continuidade ao seu projeto de vida na cidade.

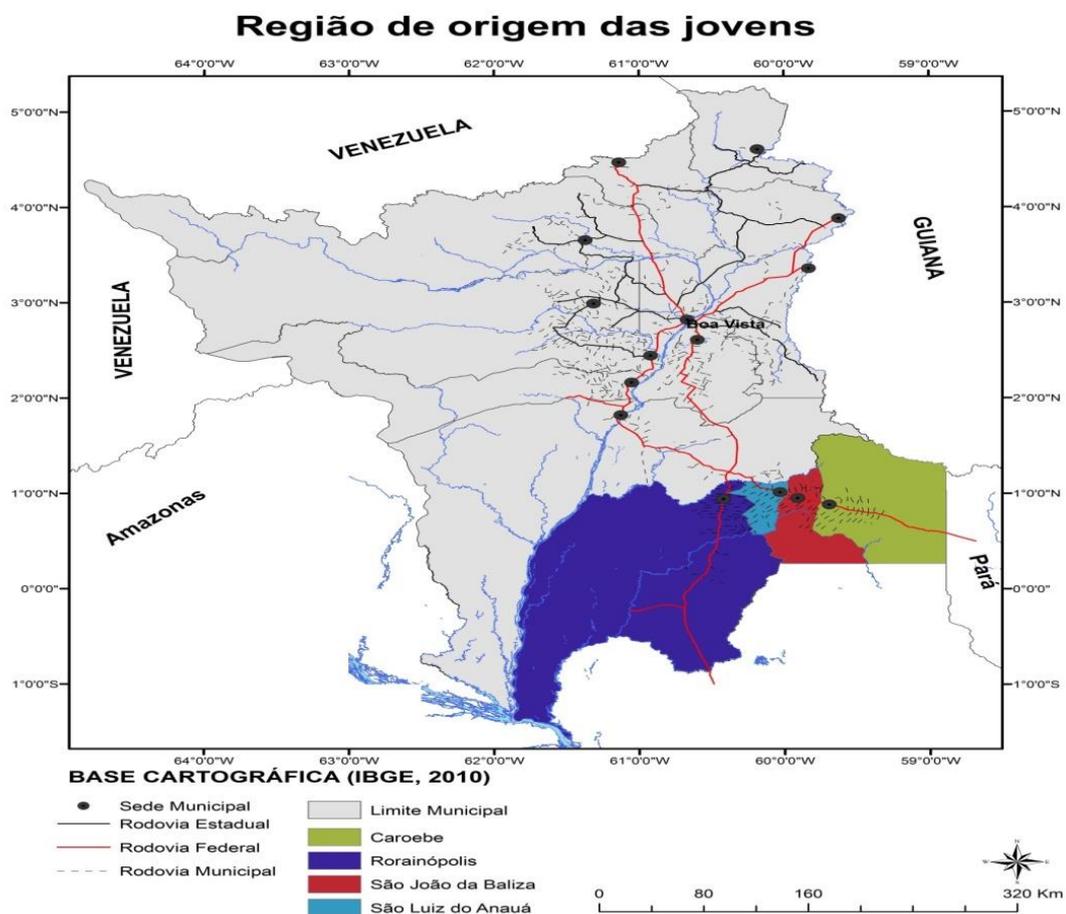
Weisheimer (2004) considera que a construção social da diferença entre homens e mulheres é resultado de uma prática cultural. Os papéis são definidos pelo grupo não a partir de sua realidade social, mas dos costumes construídos culturalmente. Para o autor, não é a estrutura social que determina as diferenças entre os sexos, mas a manutenção das ideologias que listam modelos e formas do

comportamento dos indivíduos que, por sua vez, mantêm a desigualdade nas práticas comunitárias.

O contexto apresentado acima por Weisheimer (2004) contribui de maneira acentuada para a continuidade do deslocamento entre as jovens para os centros urbanos. E no subtópico a seguir conheceremos um pouco melhor a trajetória de vida de algumas jovens que deixaram a família no campo e passaram a morar na cidade de Boa Vista.

3.1 Jovens mulheres em direção à cidade

Figura 1- Mapa lugar de partida das jovens



Fonte: arquivo pessoal do autor (2015).

A partir das entrevistas realizadas com as jovens foi possível desenhar o mapa acima, onde ele apresenta, por meio da parte colorida, o lugar de partida das jovens, auxiliando numa melhor visualização do processo de seus deslocamentos. A conversa também permitiu perceber que não é possível determinar qual é o

momento de saída do campo em direção à cidade, por conta das motivações sentidas por elas. Assim como as condições financeiras para se manter na cidade, já que as vezes não possuem na cidade a segurança de um trabalho que possam se manter e da predisposição de viver sem a presença de seus pais, assumindo a responsabilidade da vida adulta.

Trajetória 1:

Antonia, jovem que no período da entrevista, fevereiro de 2012, estava com 28 anos, é do município de São João do Baliza, e moradora do bairro Centro. Sua família mora no município, com exceção de seu irmão, que se ausentou do Estado para trabalhar. De uma família de três irmãos, sendo o homem o mais velho entre eles, em seguida ela e depois sua irmã. Ela reporta que a relação familiar sempre foi positiva, pois, sempre se sentiu bem acolhida pelo irmão, mesmo porque eles saíram de casa juntos em busca de educação superior. Em Baliza, com muito esforço seu e de seus pais, conseguiram concluir o ensino médio. A relação com os pais é boa, nunca se sentiu preterida em razão do irmão primogênito. E o principal motivo que lhe levou a projetar-se para fora do campo foi a busca por educação.

Quando criança vivenciou momentos considerados ruins, pois, para que pudesse estudar, juntamente com seus irmãos a família teve que se separar, a mãe foi com eles morar na sede do município e o pai ficou cuidando do lote, pois lá não tinha escola para receber as crianças em idade escolar. Apenas dois anos depois que voltaram a viver no lote novamente, foi quando se construiu na vicinal uma escolinha que funcionava como multiseriado¹⁷. Porém, em razão dessa metodologia diferenciada daquela que tinha acesso na sede do município, encontrou uma série de dificuldades em acompanhar as aulas. Percebendo a diferença na formação escolar dos filhos, sua mãe resolveu voltar novamente para a cidade, onde permaneceram por mais dois anos.

Antonia lembra que, anos depois, a “escolinha” da vicinal passou por ampliação, com a construção de mais salas de aula, o que possibilitou a adoção do ensino regular, deixando de existir o multiseriado. Em razão disso, retornou com sua

¹⁷ É a utilização de uma única sala de aula comportando alunos de séries diferentes, geralmente de 1ª a 4ª série, ao mesmo tempo. Na escola tem apenas uma professora que naquele horário tem que dar conta de acompanhar o desenvolvimento de todos os alunos, passando atividades diferenciadas de acordo com as séries dos mesmos.

mãe para o lote e passou a estudar na nova escola, agora já cursando o 6º ano ou 5ª série na época, e estudou até conclusão do ensino fundamental.

Ao concluir o ensino fundamental, como não possuía o ensino médio dentro da vicinal precisou se ausentar novamente do campo para a cidade com o objetivo de alcançar mais esse objetivo. Segundo ela, essa sucessão de idas e vindas ocorreu em razão da busca por educação. Esse processo fez com que vivesse no campo apenas sua infância, já que ao concluir o ensino fundamental com quatorze anos, precisou sair do lote novamente para cursar o ensino médio na cidade.

O tempo que viveu diretamente no campo considera que foi bom, e suas tarefas não se resumia apenas a cuidar da casa e da alimentação, mas também tinha participação nos trabalhos da roça¹⁸ no período de plantação e colheita. O preparo da mesma era de exclusiva responsabilidade de seu pai. Ressaltou que era comum a participação da criança nessas atividades, mesmo porque, segundo sua fala, o trabalho não era visto como trabalho, mas como ajuda, então ela não trabalhava na roça, mas apenas ajudava seu pai. Por outro lado, suas atividades nesse espaço ocorriam nos intervalos entre os afazeres em casa. Relata ainda que o período da colheita é quando a família se mobilizava para dar conta da mesma. Afirma que aos 12 anos era quem praticamente assumia a casa, já que nesse período os demais membros da família estavam na roça, e alguém teria que assumir a tarefa de fazer comida e os demais serviços domésticos.

A permanência de sua família no campo em São João do Baliza durou vários anos, assim como as outras famílias vizinhas, porém, a área ocupada por sua família não pertencia ao INCRA, mas, à FUNAI, embora, antes da chegada das famílias nessa região, a área estava registrada em nome de fazendeiros, o que provocou ações judiciais entre esses dois sujeitos. A decisão judicial foi favorável às famílias, reconhecendo a elas o direito de posse e não aos fazendeiros, porém, logo que saiu a sentença, a FUNAI entrou com recurso pedindo à justiça o reconhecimento das terras como pertencentes aos indígenas da região, e como os mesmos são tutelados por ela, as terras seriam de sua responsabilidade. A

¹⁸ A categoria roça é utilizada aqui em dois sentidos. O primeiro deles é como espaço preparado para o plantio anual, que assume uma dinâmica de rodizio dentro do lote. O outro sentido está ligado a qualquer tipo de atividade desenvolvida dentro da propriedade que não seja, necessariamente, com a limpeza de uma determinada extensão de terra para o plantio, levando em consideração que no atual contexto do rural roraimense não é tão incomum encontrar famílias que não fazem mais roças na propriedade, mas realizam outras atividades dentro do mesmo.

Fundação ganhou a causa e seus pais, assim como as demais famílias que se encontravam na mesma situação que a deles, foram indenizados e saíram da área.

Esse fato resultou no deslocamento da família para a sede do município, onde já possuíam uma casa, passaram uma temporada nela, mas não por muito tempo, porque tão logo recebeu a indenização, o pai dela negociou a compra de outro lote e se mudou para lá, deixando-os na cidade. Mas, sua mãe, não querendo deixar o esposo sozinho no lote, e considerando a idade do filho mais velho, confiou a ele o cuidado da irmã caçula e se juntou ao marido no novo lote. Nesse período, Antonia, que estava concluindo o ensino médio, fez o vestibular para estudar no polo da Universidade Estadual de Roraima – UERR em Rorainópolis, foi aprovada no vestibular e começou a cursar licenciatura em matemática.

Em razão de mais essa conquista seus pais se mobilizaram para conseguir o recurso necessário para manter em Rorainópolis ela e o seu irmão, que também foi morar lá. Seu pai alugou uma casa para que pudessem ficar durante o período das aulas. Desde que saiu de São João do Baliza para estudar em Rorainópolis só voltou para lá quando se formou na UERR, e nesse espaço de tempo era ela que recebia a visita de seus pais. E depois que concluiu o curso retornou para o Baliza e foi trabalhar como professora na vicinal em que seus pais passaram a morar depois de serem tirados do antigo lote. Passou um ano e meio lecionando na escola, depois foi transferida para outra vicinal. Essa alteração lhe trouxe alguns desafios, dentre eles o de não contar com a estrutura da casa dos pais, e para continuar desfrutando da companhia dos mesmos fazia o trajeto de moto, indo e voltando no mesmo dia.

Depois de um ano trabalhando nessa outra vicinal sentiu a necessidade de dar uma parada e fazer outras coisas, mesmo porque precisava enfrentar mais de vinte quilômetros de estrada de barro, e no período do inverno sofria com os atoleiros. Essa realidade, que já vivera enquanto aluna, lhe fez refletir e criar outras expectativas. Queria continuar estudando para conseguir um tipo de trabalho com melhores condições e que não lhe impusesse tantas limitações. Foi quando, em fevereiro de 2012, resolveu mudar-se para Boa Vista, com a expectativa de trabalhar e estudar. Porém, ela já tinha feito uma experiência de morar em Boa Vista aos dezessete anos, quando estava concluindo o ensino médio.

Apareceu no município do Baliza uma profissional em contabilidade que lhe fez uma proposta para que viesse morar em Boa Vista para ser babá de uma

criança de nove anos em sua residência, e que em contrapartida pagaria um salário, daria roupa, calçado, lhe pagaria cursinhos e arcaria com os gastos do ensino dela em uma escola particular. E como já estava concluindo o ensino médio e alimentava o sonho de cursar uma faculdade, a proposta foi irrecusável, porém, segundo suas palavras, ao chegar à casa da mulher percebeu que não seria apenas babá, mas também empregada doméstica, pois, tinha que dar conta de todos os afazeres domésticos. Foi apenas um dia para a escola particular, no outro dia a mulher já lhe falou que não iria mais, porque não teria condições de acompanhar os demais alunos; após, a patroa ainda passou duas semanas para que fosse matriculá-la em uma escola pública.

Esse momento representou para ela algo muito negativo, porque o excesso de trabalho na residência da patroa não lhe permitia ter vida social; os sábados e domingos passava em casa trabalhando, impossibilitando inclusive que fizesse amizades. E depois de quatro meses recebeu a visita de sua mãe, que ao vê-la naquela situação de serviçal, levou-a de volta.

Por fim, concluindo o relato sobre sua trajetória, Antonia comentou que em fevereiro de 2012, quando chegou a Boa Vista, a situação era diferente. Veio em razão de um contrato assinado com o Estado, por meio do processo seletivo, para lecionar matemática, e foi acolhida na capital por uma prima de sua mãe, com quem dividia a casa no bairro Nova Cidade, porém, morou apenas dois meses nesse local, pois, ficava muito longe da escola que trabalhava. Como havia recebido o convite de um casal de amigos que moravam mais próximo da escola, no bairro Cinturão Verde, então resolveu ir morar com eles. Passou mais tempo com o casal de amigos, sete meses, tempo que considerou suficiente para alugar um espaço próprio.

Trajetória 2:

A outra jovem com quem mantive contato foi Rafaela, que no período estava com 26 anos. Ela veio de Jundiá, localidade que pertence ao município de Rorainópolis. Nasceu no Estado do Maranhão, e junto com a família migrou para o Estado do Pará, e de lá vieram para Roraima. Pertence a uma família de oito irmãos, da qual é a sexta. Não é a primeira vez que reside em Boa Vista, já esteve por aqui em outro momento, para conclusão do ensino médio, e a segunda vez aconteceu em razão de uma enfermidade que acometeu em seu pai.

Ao ser indagada sobre o lugar em que viveu a infância e parte da adolescência, o definiu como um lugar bom, tranquilo, porém, mesmo que o considere ainda um bom lugar para se morar, considera que se tornava ruim por não lhe oferecer as oportunidades que almejava, representando, para ela, um espaço de muita adversidade. Entre os aspectos positivos cita a tranquilidade e o fato das pessoas no campo não serem escravas do relógio, como são as pessoas da cidade, que têm hora para tudo. Comparando a correria da vida na cidade com a do campo, ela percebe que o campo tem a vantagem de permitir ao agricultor que ele mesmo faça o seu horário, porque o seu trabalho não é uma obrigação, mas uma atividade que realiza conforme sua vontade e não de terceiros.

O trabalho no lote, por outro lado, é diversificado, pois, não se limita ao que é realizado na roça. No lote de sua família, por exemplo, antes de ir para a roça seu pai colocava ração para os animais, ia até o igarapé que passa por dentro do lote armar o malhador para garantia das refeições. Dentre as boas lembranças que ainda mantém do lote a imagem do lago se mantém de maneira muito forte em sua memória.

Ao falar sobre o que considera de negativo no campo, começou apontando o fato dele não disponibilizar aos jovens a possibilidade de eles optarem em continuar no campo ou sair dele de maneira espontânea e não obrigados. Além disso, também ressaltou a ausência de uma educação de qualidade, capaz de considerar quem vive no campo sujeito de direitos; da mesma forma, a saúde que não consegue atender a demanda das famílias rurais, e citou como exemplo o fato de Jundiá não possuir profissional da área da saúde específico para o lugar, trabalhando em prol das pessoas que moram na localidade. Geralmente quem atua como médico são os enfermeiros, e isso quando há disponibilidade desses profissionais. Na ausência dos mesmos qualquer tipo de atendimento, independentemente do tipo de enfermidade, a pessoa precisa se deslocar ou ser deslocada para a sede do município, que em média fica a duas horas de distância.

Sobre a educação no campo, embora as condições tenham melhorado um pouco, comparando com o tempo em que estudou, ressaltou que quando estudava na vicinal não existia transporte escolar, e as crianças eram transportadas em cima de caminhões, estilo “pau de arara¹⁹”, que não oferecia às crianças nenhum

¹⁹ Tipo de transporte em que as pessoas andam sentadas no próprio assoalho de madeira ou em bancos de madeiras que o proprietário fixa na carroceria do carro. Alguns deles possuem uma cobertura com armação de

tipo de segurança nos percursos de ida e volta. Para ela a vivência na escola também se tornou algo negativo em razão de ter nascido com uma limitação física e as escolas presentes no campo não terem a menor estrutura, seja pedagógica ou física, para atender as pessoas com algum tipo de deficiência.

Lembrou que na cidade, mesmo que precário, ainda tem uma sala multifuncional utilizada para acolher essas pessoas em momentos que não estão em sala junto com os alunos sem deficiência. E no campo nem isso, razão pela qual lhe trouxe muito sofrimento, a ponto de lhe provocar uma depressão profunda. Ainda hoje lamenta o fato de que, mesmo com os avanços na legislação, o campo ainda não consegue seguir as determinações postas pela mesma e direcionar uma atenção particular aos alunos com algum tipo de deficiência, que ainda estão sujeitos a uma série de preconceitos e humilhações em um espaço que deveria servir para a promoção da dignidade e da autoestima dessas pessoas.

Outro fato considerado negativo por ela são as adversidades a que está sujeita a produção agrícola. Planta-se, mas, sem a garantia de quanto vai colher, pois, há muitas pragas e animais selvagens que acabam atacando as plantações. O que resulta na dificuldade de se fazer um planejamento orçamentário da família. Segundo ela, às vezes era feito um tipo de plantação no lote contando com a possível venda para compra de produtos de consumo da cidade que não possuem no lote, roupas, calçados e materiais escolares. Se na colheita não se retirar a quantidade planejada, isso reflete diretamente na diminuição do recurso que deveria ser usado para aquela finalidade. Somado a essa situação, outro percalço que desvaloriza quem vive no campo é o descaso com o processo de escoamento, a família produz, mas não tem condições de escorar a produção para a venda na cidade. E isso nunca foi prioridade aos governantes, porque desde quando morava lá era assim e ainda hoje não mudou.

Frisou ainda que, em razão da ausência de ações do Estado, as famílias são obrigadas a pagarem fretes para poder fazer com que seus produtos cheguem até o local de comercialização. O que aumenta a despesa da família, que não consegue ficar com quase nada da venda, pois além dos custos para manter a

madeira e lona, mas é comum que não possuam nem bancos e nem cobertura, e nesse caso, as pessoas se sujeitam a andar sentadas no assoalho ao sol ou chuva, com poeira, caso a estrada esteja seca, ou lama, período do inverno.

plantação, ainda precisa quitar a dívida com a pessoa que transportava a mercadoria para a cidade.

A respeito de sua vida no campo lembrou que era bem tranquila em razão de não precisar se preocupar em comprar alimentos para o seu sustento, porque quando precisava era só se deslocar ao quintal da casa e pegar o que precisava de verduras e legumes, de galinha a pato. Considera um absurdo o valor das coisas que são cobradas pelos comércios na cidade, e para quem estava acostumada a ter cebola, tomate, frutas, verduras em geral, sem custo algum, apenas o trabalho de se deslocar até o quintal e colher, leva um susto muito grande.

Sobre as atividades que desenvolvia no lote comentou que seus cinco irmãos mais velhos tiveram uma vida mais presente nos trabalhos da roça, ela já dedicava seu tempo para cuidar dos afazeres domésticos e estudar. Segundo suas palavras, também frequentava a roça, mas, não para trabalhar de fato, apenas ajudar no que fosse preciso, pois sua obrigação era fazer a comida e estudar, nos intervalos entre essas atividades podia pescar no igarapé que fica dentro do lote.

O espaço familiar, em particular a relação com os irmãos, era positivo, embora alguns de seus irmãos mais velhos, quando ainda na fase da pré-adolescência, tenham saído de casa para trabalhar fora. Nesse caso, a ajuda maior para o sustento da família vinha deles, alguns morando e trabalhando na sede do município e outros na cidade de Boa Vista. Dinheiro para adquirir roupa e material escolar era praticamente vindo de seus irmãos, que se preocupavam não apenas com os pais, mas também com os irmãos mais novos que haviam ficado no lote.

A saída do lote aconteceu em razão da necessidade de formação escolar. Primeiramente se mudou com a mãe para a sede do município, onde possuíam uma casa, e o pai ficou cuidando do lote. Como almejava entrar para a universidade, e percebendo que os estudos oferecidos nas escolas estaduais em Rorainópolis eram precários, resolveu sair do município em direção a Boa Vista, onde cursou o segundo e terceiro ano do ensino médio.

Em Boa Vista já morava uma irmã dela, que foi quem lhe acolheu. Ao concluir o ensino médio retornou novamente para junto da família em Rorainópolis, mas logo em seguida fez a prova do vestibular para o LEDUCARR e foi uma das que passou no seletivo, motivo de muita alegria, pois, agora realizaria o seu sonho de cursar uma universidade. Porém, ela externalizou a tristeza que teve logo depois, pois seu pai tinha sido diagnosticado com um tipo de patologia grave, que forçou a

saída não apenas dela, mas da família toda do lote, embora ele ainda permaneça como propriedade da mesma. Sua mãe e os irmãos mais novos passaram a morar na sede do município e o pai, por conta das complicações que se agravavam com o avanço da enfermidade, passou a morar em Boa Vista, e em razão dos estudos ela passou a morar com seu pai para também cuidar dele.

Trajetória 3:

Claudia nasceu no Estado do Maranhão e quando estava com dois anos de idade sua família migrou para Roraima, estabelecendo-se no município de São João da Baliza; no período da entrevista estava com 30 anos. Faz parte de uma família de seis irmãos, dos quais cinco são mulheres e um homem; seus pais ainda continuam morando no lote que receberam quando ali chegaram. Até os 16 anos, ela morou no lote, com a família, deixando-o quando conheceu um rapaz com quem se casou e mudou para a sede do município.

Ela lembra que sua vida no lote, e de suas irmãs, era articulada aos afazeres domésticos, tais como cuidar da limpeza da casa, no plantio da roça, em particular alguns cultivos – melancia, milho e mandioca –, além de ajudar no preparo das refeições dos trabalhadores nos períodos de preparo e plantio da roça. Comenta que a vida no campo não tem atrativos para uma jovem e a precariedade da educação local não a motivava sequer a frequentar a escola, todavia, estudou até a sétima série. O trabalho duro realizado por pessoas de seus familiares e vizinhos não a motivava a permanecer no campo.

Relata que a sua relação com os irmãos eram marcadas por conflitos, o que só veio amenizar quando já estavam com idade superior aos quinze anos, e mesmo porque nesse período alguns irmãos já estavam se ausentando do lote, passando a morar na cidade. O irmão mais velho foi o primeiro a sair de casa, em razão disso, ela alega que não teve muita convivência com ele, porque quando saiu de casa, ela e as outras irmãs ainda eram muito jovens. Já a relação com os pais é muito boa, e se sente grata pelo fato deles terem se dedicado em dar a ela uma boa educação.

A respeito de outros motivos que pudessem ter contribuído para sua saída do lote, além do casamento, afirmou que saiu por causa do casamento, e, embora não tenha durado mais do que cinco anos, ela com dois filhos, foi o tempo suficiente para que não sentisse mais nenhuma vontade de voltar novamente a morar no lote. Desde então passou a morar na sede do município e se deslocava ao

lote apenas para visitar os pais. Como seus pais tinham uma casa na sede, embora morassem no lote, ela ficou morando nessa casa, e conheceu outra pessoa, com quem teve mais um filho. E foi nessa época que começou a se deslocar para Boa Vista com a finalidade de passar algumas temporadas, até mudar definitivamente.

A escolha por Boa Vista se justifica em razão de já ter parentes morando na capital, inclusive a vinda dela para Boa Vista deveria ter acontecido no mesmo período em que sua irmã saiu do Baliza em direção a Boa Vista. Quando sua irmã resolveu sair do município lhe fez o convite para vir junto, mas tinha muito medo de se mudar para um lugar que não conhecia bem, embora tivesse muita necessidade de trabalhar, o que já não era possível em Baliza. Mas entre ficar sem trabalho em Baliza e se mudar para outro lugar, até então desconhecido com a garantia de um trabalho, preferiu ficar. Depois da estabilização de sua irmã passou a visitá-la e permanecer alguns meses com ela, ocasião em que continuou recebendo convite para morar em Boa Vista. Quando chegou à cidade morou os primeiros meses com sua irmã, e tão logo conseguiu um trabalho alugou um espaço próprio, para onde se mudou.

Desde que saiu da casa de seus pais aos 16 anos, não teve mais vontade de voltar a morar no campo, considerando a cidade o seu lugar. Porém, no tocante a questão de identidade, o campo é a sua referência; ela ainda continua se sentindo uma jovem do campo morando na cidade, porque isso é algo que sempre vai fazer parte dela e lhe acompanhar por onde estiver. Por outro lado, se sente também uma jovem urbana, porque se acostumou a morar na cidade a aproveitar o que ela oferece que não conseguiria viver no campo novamente. Mesmo que ainda continue a nutrir o sentimento de jovem do campo, o sentimento de pertencimento à cidade é mais forte do que o de pertencer ao campo.

Trajetória 4:

Joana é uma jovem com 24 anos, casada e aluna da Universidade Federal de Roraima, UFRR. Há seis anos mora em Boa Vista. Antes de estabelecer-se em Boa Vista morou no Baliza, onde sua mãe e padastro ainda permanecem. Ela nasceu em Baliza, mas a sua família é oriunda do estado do Maranhão. É a segunda de quatro irmãos. Quando criança achava Baliza muito atraente para morar, mas nos dias atuais, quando vai visitar seus pais, já não sente a mesma atração, percebe

que lá tem tornado, a cada ano que se passa, um lugar em que não sente nenhuma vontade de voltar a morar.

Ao falar sobre como foi a sua educação escolar, ela informou que antes não a percebia como ruim, só quando passou a morar e estudar em Boa Vista, se deu conta das dificuldades que tinha sobre assuntos básicos que deveria ter aprendido no ensino fundamental. Quando morava em Baliza sua atividade consistia em estudar; considera que nos dias atuais a educação escolar naquela localidade se precarizou ainda mais, ao comparar a sua experiência com as de suas irmãs, quando as visita. Argumenta que a deterioração no ensino decorre de certas políticas educacionais que não reprovam alunos que não conseguem absorver o mínimo de conteúdo para passar para a próxima série. Sem contar a falta de motivação dos professores diante de tais situações.

Em sua fala pontua também o fato dos professores da educação básica serem ainda muito desvalorizados, e para quem ensina no campo é mais desvalorizado ainda, pois não tem acesso a uma série de coisas que os professores que moram em Boa Vista, por exemplo, mesmo não sendo valorizado por meio do salário, tem acesso, como laboratórios de informática, internet banda larga, conduções públicas – ônibus e lotação – dentre outros. Então, a desvalorização desse profissional também pesa na má qualidade do ensino prestado aos filhos de agricultores, e mesmo aqueles que não são e moram no município do Baliza. Cita como exemplo o fato de a maioria dos professores que lhe deram aula ainda permaneceram na profissão, porém, desmotivados, tendo a profissão como uma obrigação.

A relação intrafamiliar é considerada boa, sempre teve uma boa convivência com os demais irmãos, embora fossem comuns algumas desavenças, e com seus pais também é boa. Sobre as visitas, quando cedeu a entrevista, estava com três meses sem visitar, mas a última visita que fez foi por conta de uma viagem de campo pela UFRR, onde se graduou em agronomia e estava cursando o mestrado na mesma área. Mas, estava com mais de ano que não tirava um tempo exclusivamente para passar com a família no Baliza.

Sobre as motivações que lhe fizeram sair, destacou o fato de ter terminado o ensino médio com quinze anos, e não conseguia imaginar o que seria de sua vida a partir daquele momento, pois não tinha mais o que fazer lá, não planejava para si ser mãe tão cedo, nem ser dona de casa, como muitas de suas

amigas de infância e escola acabaram vivendo. Foi quando surgiu a oportunidade de ir fazer um curso de especialização pelo MMC. Sua saída do município se deu em razão do estudo, tão somente. E a escolha por Boa Vista e não outro lugar foi por conta de sua família em Baliza e Boa Vista ser o lugar mais próximo que lhe permitiria visitá-la periodicamente. Manaus, por exemplo, ficaria muito longe, e Rorainópolis não tinha os estudos que buscava para lhe oferecer. E esse contato se aproxima por meio de telefone, como já existe linha de telefone móvel, então, quase todos os dias ela conversa com o pessoal que ficou no Baliza.

Sobre a representação que mantém de seu lugar de origem, ela afirma que tem boas lembranças, porque foi lá que nasceu e cresceu, teve o primeiro contato com o mundo, e se orgulha de ser de lá. O fato dela estar na universidade é motivo ainda de mais orgulho, porque entende que foi uma barreira que superou e, embora, esteja ocupando um lugar onde há ainda muito preconceito contra quem não nasceu e se criou em um espaço totalmente urbano, isso não é motivo para lhe fazer ter vergonha de onde veio, e deixar bem claro quais são suas origens.

Trajetória 5:

Maria, diferentemente das demais, fez o deslocamento de retorno, atualmente está morando no município de São João do Baliza, lugar de onde já havia saído para Boa Vista por duas vezes. Ela é mato-grossense, de Cuiabá, local que nasceu e migrou junto com a família direto para o Baliza.

Sua mãe teve quatro filhos, três homens, sendo a única mulher e a primeira que nasceu. Chegou à região com dois anos de idade na companhia da mãe. Logo que chegaram, sua mãe conheceu o esposo que vive até hoje e que lhe criou e passaram a viver no lote, pois, ele já morava no mesmo.

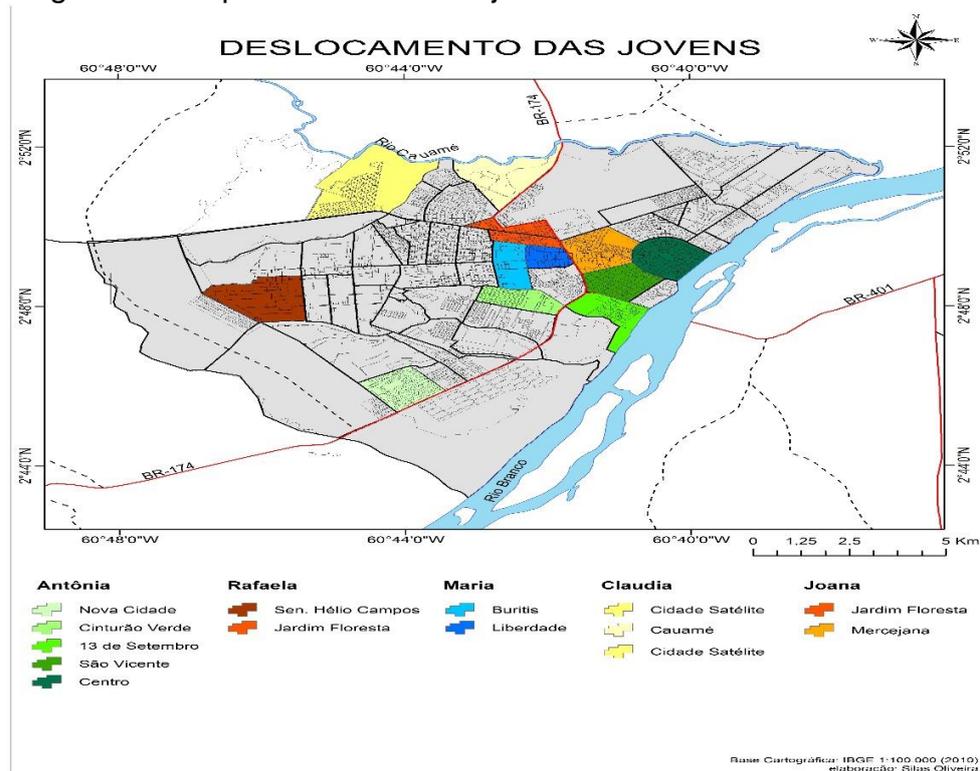
O período de residência fixa no lote durou aproximadamente dez anos, até que surgisse a necessidade de estudar fora da vicinal. Nesse período sua mãe conseguiu trabalho na sede do município e somando um pouco do que ganhava com o que era produzido no lote conseguiram comprar uma casa, a mesma na qual foi realizada essa entrevista. Com a compra da casa ela e seus irmãos passaram a morar na cidade com a mãe e o pai continuou trabalhando no lote, e nos finais de semana iam todos para a companhia dele. Às vezes, quando eles não podiam ir, era ele quem saía do lote e vinha passar uns dias na sede do município.

A rotina da família, desde a compra da casa no núcleo urbano do município, não alterou, em posse das duas propriedades sempre alternam entre os dois, onde o lote continua sendo, para seu pai, o lugar de morada e produção. Trabalhar de roça, segundo ela, exige muito da pessoa e a idade de seu pai lhe impôs alguns limites. E como as condições trabalhistas de sua mãe foram melhorando ao longo dos anos, então, decidiram que a manutenção do lote continuaria, mas, cultivando produtos ao redor da casa. E depois de tantos anos circulando entre a casa no lote e a da cidade, com quinze anos resolveu sair do município para fazer uma experiência de estudo em Manaus. Tinha muito anseio de poder dar continuidade aos seus estudos, e passou dois anos morando naquele município para estudar. Parte de sua família mora nessa cidade, então, ela não foi para casa de estranhos, mas de familiares.

Com dois anos morando lá começou a surgir uma série de problemas de cunho familiar que passaram a impossibilitar sua permanência em Manaus; diante de tal situação solicitou apoio a sua mãe para retornar ao Baliza. Ao voltar para Baliza conheceu um rapaz e casou com ele, porém, o casamento não durou, aproveitando essa fase de separação ela saiu do município em direção a Boa Vista, com a expectativa de concluir o que havia ido fazer em Manaus, uma faculdade. Naquele período as possibilidades de se fazer um curso superior morando no município era praticamente impossível, o ensino médio, com muito esforço, ainda era possível, mas faculdade não, nem mesmo um curso técnico era viável. Avaliando sua situação, então, concluiu que não tinha mais condições de continuar morando em Boa Vista, razão pela qual resolveu voltar para junto de sua família.

Na figura 2 é possível perceber o processo de mobilidade das jovens nos bairros da capital. Nela as cores fracas representam a primeira moradia e a mais forte o lugar de morada no período da pesquisa, com exceção de Maria, cuja identificação é dos lugares que morou antes de voltar a morar novamente no município de São João da Baliza.

Figura 2 – Mapa mobilidade das jovens em Boa Vista



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2015)

Os relatos aqui apresentados requerem, então, uma leitura mais minuciosa sobre o que, de fato, representa ou significam todas essas informações, e como elas nos interessam no desenvolvimento do trabalho, o que procuro desenvolver no subtópico a seguir. Dialogando com outros autores, que têm se debruçados em estudar e compreender esse processo como fenômeno provocado e não surgido espontaneamente, procuro compreender esse processo de deslocamento do campo em direção à cidade.

Brumer (2007) comenta que um dos pontos centrais que motiva a saída das jovens da casa familiar é a divisão do trabalho no lote por gênero e geração. De gênero, porque os homens se sobressaem às mulheres, existindo uma relação de subordinação da mulher ao homem; a respeito da geração, esse mesmo tipo de relação mantida entre homens e mulheres, é exercido entre jovens e adultos, onde os primeiros são sempre submissos. A autora chama atenção para o fato de que, em se tratando do campo, a situação das jovens rurais é mais delicada, pois, os trabalhos executados por elas dentro do lote não são considerados produtivos, portanto, não reconhecidos, mesmo quando suas atividades não se restringem aos afazeres do lar, exercendo trabalhos na roça ou ajudando no cuidado com os

animais, os irmãos continuam tendo prioridade nos benefícios da propriedade. Considera ainda que o posicionamento da jovem diante de tal realidade é a construção de um olhar mais negativo que o dos jovens sobre o campo. Considerando este um espaço muito restrito para a realização de seu projeto de vida, a jovem passa a escolher a cidade como espaço que melhor lhe propiciará a realização do projeto de vida, porém, a rede social com o campo é mantida, porque os laços afetivos as ligam aos pais.

A vida no campo se transforma cotidianamente e a juventude do campo convive com essa mudança em um movimento entre a permanência e a saída do lote, cuja vivência na cidade pode interferir na alteração dos valores que estruturam a sua identidade. Para analisar o processo de mobilidade e sociabilidade das jovens que deixam os lotes e passam a morar na cidade é importante que o faça considerando o momento histórico vivido por elas. Deve-se ainda compreender tal decisão a partir de sua sociabilidade familiar, do grupo social no qual a família está inserida e do novo espaço ocupado por elas, no caso a cidade. Considera-se que isto é importante porque as jovens rurais também modificam o seu modo de vida no movimento histórico da sociedade (BRUMER; ANJO, 2008).

O contexto apresentado acima, desperta a observação de que os jovens, de maneira geral, acabam se tornando aventureiros com os mais diversos destinos, alimentando em seus trajetos uma mistura de desejos e realidade, porque além de seus pertences, também colocam na mochila seus anseios e medos. A viagem é uma ida recheada de esperanças, porque o sair não representa rompimento com suas raízes. Como relataram as jovens entrevistadas, partem em busca da realização de seu projeto de vida, seja ele o de conseguir um trabalho, concluir os estudos, dentre outras experiências que possam lhe proporcionar “[...] a liberdade, o perigo, o novo, experimentam uma vida nômade. As jovens e os jovens dos assentamentos rurais estão sempre viajando e, mesmo quando permanecem no seu lugar, consegue percorrer caminhos de lutas, desbravar trilhas da vida” (SALES, 2006, p. 1).

Nesse sentido, as condições de vida, como a ausência do mercado de trabalho, assim como a dificuldade em possuir alguns bens e acesso a serviços de saúde, emprego e educação, que empurram a juventude do campo em direção à cidade, contribuindo para que o número de jovens do sexo feminino, como já apresentado por Camarano e Abramovay (1999), seja maior que aqueles do sexo

masculino. Os mesmos autores se questionam se o fato das jovens se distanciarem dos trabalhos no lote em busca de uma relação de trabalho na cidade sinaliza para uma negação da identidade do campo, ao mesmo a resposta dada pelas jovens que fizeram parte desse trabalho foi negativa. Também se a permanência na cidade contribui para que ela subtraia sua identidade do campo pela de urbana, para algumas jovens que cederam a entrevista sim, para outras não. Mesmo morando na cidade o sentimento de pertença ao campo ainda é mais forte.

3.2 Deslocamento das jovens do campo: outros olhares

Percebe-se no que foi exposto acima através da fala das jovens, que os motivos apresentados pelas mesmas para o deslocamento estão concentrados na necessidade de educação e trabalho. Por outro lado, cabe ressaltar que, embora sejam essas as duas principais motivações para saírem do campo em direção à cidade, é possível apontar outros fatores, que não estão tão explícitos em suas falas, mas perceptíveis no modo como falam sobre o tempo vivido junto ao núcleo familiar.

Esse contexto apresentado pelas jovens está presente em diversos outros espalhados pelo país, ocasião de estudos de alguns pesquisadores, os quais nos auxiliarão na leitura dos dados. Nos estudos realizados entre as jovens oriundas do campo no Rio Grande do Sul, Brumer (2004) aponta algumas motivações que contribuíram para que, naquele espaço de estudo, houvesse um processo muito forte de deslocamento das jovens em direção à cidade, e aqui pontuamos duas delas.

A primeira é a forma como as jovens são inseridas na unidade de produção familiar. Esse processo está muito ligado à divisão sexual do trabalho, onde desde criança a jovem cresce sabendo qual é o seu lugar no núcleo familiar, restrito no espaço da casa ajudando a mãe, enquanto que o filho acompanha o pai para a realização dos trabalhos braçais dentro ou fora do lote. No caso das jovens, ficam em casa aprendendo todo o trabalho doméstico na convivência com a mãe. Sendo que os trabalhos desenvolvidos pelos homens são considerados “pesados” e os realizados pelas mulheres de “leves”, cabendo aqui um questionamento sobre que significado se agrega a ambos os termos. Como pode ser elevado à categoria de “leve” um trabalho que geralmente começa às cinco horas da manhã, com pausa

apenas a noite na hora de dormir, já que, além das refeições para fazer, sempre tem alguma coisa para limpar (casa, louças, roupas, quintal, etc.), animais para dar comida e água, cuidar das pequenas plantações ao redor de casa, sejam hortaliças ou pequenos jardins. Brumer (2004) argumenta que o fator preponderante que caracteriza o trabalho desenvolvido pelas mulheres no núcleo familiar como “leve”, e sem direito a remuneração, é o lugar ocupado por elas na estrutura hierárquica da família.

Outro elemento apresentado por Brumer (2004) que considero importante apresentar aqui é a ausência de outros espaços de trabalho, além do familiar, que possam ser ocupados pelas jovens. Isso requer um olhar crítico a respeito das políticas públicas de juventude que embora tenha dado passos importantes, tem deixado muito a desejar quando o assunto são os jovens rurais, principalmente aqueles que vivem na região norte do país. Essa questão é salientada pela autora em razão do trabalho desenvolvido pela jovem no núcleo familiar, e não apenas por ela, mas também por sua mãe, ser considerado apenas uma ajuda, e não um trabalho de fato.

“Ajuda” é uma atividade que não requer remuneração, mas apenas uma ajuda de custo para suprir as necessidades básicas de vestir e comer. Essa situação pesa de maneira significativa na vida das jovens, que acabam não vendo outra possibilidade se não a de sair de casa em direção à cidade. A qual passa a representar para ela não apenas um lugar de morada, mas de liberdade, não apenas de não dar satisfação a ninguém sobre o que faz, mas principalmente onde ela própria tem a capacidade de gerenciar seu tempo e administrar seu próprio dinheiro.

O mecanismo de “ajuda” também é um forte ingrediente para o fortalecimento do processo de invisibilidade da juventude, de maneira geral e especificamente as mulheres, dentro do núcleo familiar e, conseqüentemente, da agricultura familiar. Sendo que o tamanho da propriedade também influencia nessa invisibilidade, pois, quanto maior a propriedade mais invisível se tornam as atividades desenvolvidas por jovens e mulheres, já que é comum o uso de alguma tecnologia para ajudar no beneficiamento da terra. A fala de Antonia sobre a atuação das crianças nas ações desenvolvidas na roça serem viáveis em razão dessa atividade desenvolvida por elas não serem vistas pelos pais como trabalho, mas “ajuda”, ilustra bem essa situação.

Nessa perspectiva, compreendo que quando as jovens entrevistadas, de maneira unânime, afirmam que um dos principais motivos de sua saída do campo foi a necessidade de trabalho, não estão se referindo apenas a atividade em si, mas também ao seu significado, isto é, a liberdade de poder sonhar com outro modelo de vida diferente do vivido por sua mãe, como falou Antonia. No primeiro encontro, de maneira informal, perguntei a ela o que havia lhe motivado a deixar o campo, e a resposta foi direta “porque não quero ser igual à minha mãe, levar uma vida igual à dela”. Então, essa realidade vivida pelas mulheres no campo desperta nas jovens outras aspirações, que são passíveis de serem realizadas apenas com seu deslocamento para a cidade, espaço em que, na percepção dessas jovens, apresenta a possibilidade de uma autonomia econômica, pois, passam a ter acesso a uma renda e, em consequência, se sentem mais seguras para fazer suas próprias escolhas.

Essa situação do trabalho também é marcada pelo fato de, na agricultura familiar, o local de morada se confundir com o de trabalho. Nesse sentido, as atribuições dos jovens vão aumentando à medida que ganham mais idade, e isso provoca o que Silva e Rocha (2010) chamam de naturalização da divisão sexual do trabalho. Essa naturalização reforça a percepção do trabalho da mulher como “não trabalho”. Também, é por meio dela que se reconhece a desigualdade de gênero a partir do sujeito que representa a família no bojo da agricultura familiar, que ainda é a figura do homem, em quem se concentra o poder de decisão. Essa representação reforça o negligenciamento dos interesses femininos, já que, segundo as autoras, a relação de poder no campo se manifesta principalmente a partir dos valores e das atividades desenvolvidas na propriedade.

Na perspectiva apresentada acima é possível notar que a área de trabalho e não-trabalho é comumente definido a partir da roça, entendido aqui como qualquer tipo de atividade desenvolvida fora do espaço da casa ou daquele que pertence a essa, e do lar. Sendo que o primeiro espaço é considerado de produção e o segundo de reprodução. É no espaço da roça que há a geração de renda, que por sua vez está atrelada a figura do homem, legitimando, assim, a ideia de que o trabalho lhe pertence, razão pela qual qualquer outro tipo de atividade realizado na propriedade é considerado apenas “ajuda”. A casa, como lugar de reprodução, está associada à consolidação da família, isto é, geração e cuidado dos filhos, e, além disso, os serviços desenvolvidos no lar não geram renda, por isso, são consideradas

um “não-trabalho”. Mesmo nas famílias em que se pode perceber a geração de alguma renda, como a venda de pequenos animais, tais como galinhas, ou de hortaliças, esse rendimento é somado ao gerado na roça; em outras palavras, é a contribuição que a mulher oferece para o aumento do rendimento familiar.

Segundo as autoras, mesmo que a mulher esteja presente em todas as etapas do processo produtivo, sua participação é entendida como “ajuda”, o que lhe confere status inferior à contribuição dada pelo homem, contribuindo de maneira significativa para a desqualificação do trabalho da mulher. Dessa maneira, o trabalho se institui como identidade masculina sem nenhum atrelamento ao feminino. Assim, o trabalho no campo é permeado por dimensões simbólicas que não estão restritas à concepção do mesmo a partir da produção e distribuição de bens, de desigualdades e estratificações sociais, mas também lugar de conflitos sociais e de gênero.

Aguiar e Stropasolas (2010) afirmam que as mudanças provocadas no campo, em razão da saída das jovens mulheres, em direção à cidade provocam algumas implicações na reprodução da agricultura familiar. Vale ressaltar, conforme pontuam os autores, que a saída é uma consequência, portanto, cabe aqui o entendimento de que essas implicações são resultados de outros fatores que provocam o deslocamento dos jovens, em particular das mulheres, para a cidade. Os autores citam alguns elementos que, se estivessem presente no campo, poderiam frear um pouco esse deslocamento. Seria, por exemplo, a oportunidade de obtenção de renda e o acesso à infraestrutura e serviços. Em contrapartida a essa realidade de vulnerabilidade de quem vive o campo, a cidade oferece aos jovens as condições que julgam necessárias para sua realização pessoal, profissional e financeira. No que tange a questão financeira, ela está assegurada por uma renda mensal fixa e segura, diferente da pequena ajuda de custo, sem previsão, dependendo da boa vontade do pai, recebida enquanto estava no lote.

No núcleo familiar, segundo Aguiar e Stropasolas (2010), a relação dos jovens com os pais passa por um conflito geracional, portanto, manda quem tem mais idade e experiência, o que não é o caso dos jovens, tendo que se submeter às vontades dos adultos, e em se tratando da mulher jovem a situação é mais complicada, pois as atividades que desenvolve no lote não é considerada trabalho, mas apenas “ajuda”. Se o trabalho é um mecanismo que possibilita a visibilidade de quem o exercita, a negação desse promove a invisibilidade. E as jovens rurais

permanecendo no campo nessas condições estão fadadas a falta de liberdade, porque sua permanência na casa está sujeita a submissão ao pai, na ausência desse, ao irmão mais velho; quando casam ficam submissa ao esposo, saindo da cozinha de sua casa para ocupar outra cozinha, a da família de seu esposo ou a sua própria.

Na questão de gênero aqui pontuada aparecem como principais geradores de conflitos: 1. O modelo de gestão centralizado na figura do pai; 2. A dificuldade dos pais em dialogar e aceitar ideias inovadoras; 3. Baixa probabilidade de as jovens realizarem seus projetos permanecendo na propriedade; 4. A falta de confiança dos pais em deixá-las sair sozinhas com outras amigas; 5. Ausência de qualquer possibilidade de autonomia financeira e falta de liberdade para sair e voltar para casa sem a companhia de algum dos irmãos; e 6. A concepção do espaço doméstico como território feminino. As jovens são submetidas com mais veemência à autoridade paterna, o que desperta nelas o anseio pela reivindicação de autonomia, e a única maneira que conseguem visualizar essa possibilidade é através de seu deslocamento para a cidade, rompendo, dessa maneira, com a representação de inferioridade a que está sujeita no núcleo familiar (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

A partir da situação acima, percebe-se que a busca por escolarização e, conseqüentemente por trabalho, pelas jovens entrevistadas, podem ser compreendidas como válvula de escape para que a jovem do campo possa viver a sua “liberdade”, ao menos é o que se pode compreender levando em consideração as reflexões de Pereira (2007) a respeito da educação numa perspectiva de gênero. O campo educacional na cidade possibilita às jovens algo que a educação no campo não lhes permite. A ampliação de seu espaço de sociabilidade, que por sua vez, possibilita a incorporação de novos valores ao seu modo de vida, podendo assim aspirar novos projetos e assumir outros compromissos que não sejam, necessariamente, o casamento, fazendo com que tais escolhas e ações mudem o curso de vida social, interpelando, a partir das experiências vividas na cidade, o espaço antes vivido por ela, construindo um olhar ou percepção diferenciado do campo.

As jovens tendo como foco a expectativa de encontrar na cidade as condições para usufruírem de uma vida melhor que a vivida no campo, agregam um valor acentuado à formação educacional, a qual passa a assumir um aspecto

importante em seu estabelecimento no meio urbano, razão pela qual elas acabam valorizando o estudo na cidade com mais ênfase que os jovens, porque para elas essa é a oportunidade para adquirirem uma profissão e conseguirem um bom emprego na cidade. Nesse sentido, o que está em jogo na saída das jovens em direção a cidade é o anseio pela realização de seus projetos pessoais e individuais, e o deslocamento para fora do lote é a única alternativa viável que se apresenta para realizá-los. Porém, ressalto, a partir das falas das jovens nas entrevistas, que o deslocamento das jovens em direção à cidade não representa para elas um desenraizamento do campo. A permanência na cidade pode até representar a criação de novas raízes, porém, não se assemelha com as raízes mantidas do lugar em que viveu sua infância e adolescência.

Esse olhar diferenciado sobre o campo não está associado ao negativo, mas à percepção do quanto aquele lugar representa algo de bom de em sua vida. Isso fica visível na fala de algumas das jovens, onde enfatizam que a vida na cidade é muito agitada, que a sobrevivência está atrelada ao emprego, pois, é esse que lhe dá a ferramenta – dinheiro – necessária para ter as refeições diárias, diferente de quando viviam no lote, onde bastava ir ao quintal e pegar o que precisavam. Mas essas falas não estão sublinhadas pelo arrependimento em viver na cidade, e sim pela recordação de como era a sua vida antes de se deslocar para a cidade. Essa percepção é possível porque, ao comparar a tranquilidade do lote com a agitação da cidade, e das condições para realização do seu projeto de vida, se sentem mais confortáveis morando na cidade que voltando a morar no lote da família.

Wedig e Menasche (2009), a partir de uma pesquisa na região Sul do país, apontam que a saída das jovens do campo para a cidade geralmente não se configura como uma ida sem volta; mesmo priorizando o emprego na cidade, elas continuam mantendo estrita relação com a família no contexto do campo. E mesmo motivadas pelo anseio de possuir uma renda própria e com ela adquirir produtos consumidos pela juventude urbana, algumas destas jovens não se sentem parte do meio em que vivem. A afirmação do campo como lugar de referência ainda é muito contundente. Apontam ainda que a ocupação das jovens em serviços na cidade ocorre por três situações: a primeira delas é a delimitação da jornada de trabalho, elas sabem quando começa e quando termina o trabalho, diferente de quando estavam na casa dos pais. Segundo, a autonomia da renda em relação ao núcleo familiar, porque nesse novo espaço de trabalho consegue sentir o reconhecimento

do que fez, pois, recebeu pelo seu trabalho, e o dinheiro é seu, podendo fazer o que achar melhor com ele. E terceiro, a acessibilidade que a recompensa pela jornada de trabalho proporciona ao consumo individual, nos mais diversos espaços de lazer.

Considerando que o trânsito de pessoas do campo em Boa Vista acontece com frequência, tanto em razão de ser o lugar com a concentração dos órgãos públicos como onde moram parentes ou para visitar a casa, já que uma parcela significativa tem residência própria, é possível observar que quando as jovens decidem pelo deslocamento para essa cidade, já tem certa familiaridade com a mesma. Assim, o conhecimento prévio da cidade e as redes de relações já estabelecidas são fatores que pesam na decisão da jovem em optar pela vida na cidade. Há ainda outro aspecto muito interessante para análise, já identificado em outras regiões do Brasil. O morar na cidade, para Wedig e Manasche (2009), não significa um rompimento com o lugar de origem, o campo. As percepções desse estudo sobre essa questão dão conta que o viver em Boa Vista implica receber regularmente pessoas da família.

A fala de Rafaela vai nessa direção, quando no diálogo ela aponta que morar na cidade para ela é um meio de vida, e que pensa um dia voltar ao campo novamente, porque tem pretensões de refazer do campo seu lugar de morada. Mas esse retorno está associado a outro elemento, a estrutura financeira, pois, pretende retornar para desfrutar de uma provável aposentadoria, considerando que apenas nessa etapa da vida terá condições de morar no campo novamente. Nesse caso, em sua percepção, a conciliação entre trabalho feminino e campo não é possível, é como se o trabalho estivesse para a cidade assim como para o homem no campo, e não sendo homem, voltar ao campo é retornar à invisibilidade.

Considerando a questão acima que no subtópico seguinte discuto, numa perspectiva mais ampla, como a relação entre campo e gênero contribui para a transformação do deslocamento entre as jovens rurais em algo cultural, retomando, assim, a percepção de Durhan (1984), para quem o deslocamento do campo para a cidade não pode ser compreendido como um simples locomover-se geográfico, se faz necessário levar em consideração as relações sociais construídas e em construção nesse lugar, e é esse processo de continuidade que transforma esse movimento entre as jovens em algo cultural. A discussão a seguir leva em consideração a condição da mulher no campo, pontuando alguns dos contextos nos quais está inserida e a geração de conflito em razão de ser mulher.

2.3 Agricultura familiar e gênero

A respeito da categoria gênero, Brumer e Paulilo (2004) afirmam ser esta uma diferença construída socialmente e que varia no tempo e espaço. Na perspectiva de Silva e Lage (2012), a construção dessa categoria se deu com a finalidade de compreender a relação entre natureza e cultura, objetivando, dessa maneira, justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, a diferença entre homens e mulheres não ocorre apenas em razão do biológico, mas, principalmente, pela cultura, portanto, ser mulher ou ser homem é uma consequência das relações sociais estabelecidas a partir de uma determinação classificatória do masculino e do feminino. Essa classificação que serve como orientação para o modo de ser, viver e estar das pessoas naquele determinado grupo social, onde também ordena o modo de pensamento e vida social.

Sobre o assunto, Lage (2005) comenta que se existe de um lado a construção de um olhar que coloca a mulher em situação de subalternidade, invisibilizando-as; de outro, esse processo tem contribuído para despertar nelas a necessidade de se organizarem e combaterem qualquer tipo de sentimento pautado na vergonha, na culpa e no fracasso que lhe são impostos pela “sociedade machista”.

De modo geral, um dos caminhos percorridos pelas mulheres rurais para romper com a relação de subordinação é associar-se a grupos de mulheres que produzem e gerenciam a produção de maneira coletiva. Esse tipo de organização, nos lugares em que tem funcionado, vem contribuindo para o enfraquecimento da relação de gênero pautada na divisão sexual e social do trabalho. Dessa maneira, a participação da mulher em grupos coletivos de produção, em associações de mulheres e movimento sociais femininos tem colocado em pauta a invisibilidade de seus trabalhos no lote com a finalidade de superá-la. A economia solidária, assim como a agroecologia, são instrumentos utilizados pela mulher do campo para confrontar as desigualdades presentes na relação de gênero, em particular porque essas atividades não se pautam no acúmulo de capital, mas na promoção da equidade social e da justiça (MOURÃO, 2004).

Porém, é importante frisar que essa situação tem exigido muito esforço por parte das mulheres, que precisam combater essas desigualdades a partir do núcleo familiar, e não tem sido uma luta fácil, porque tais reivindicações mexem com

uma estrutura consolidada historicamente. Nesse sentido, é salutar trazer as percepções de Giuliani (2008) sobre o assunto:

Para alcançar os direitos sociais as trabalhadoras impulsionam modificações complexas que atingem arraigadas dimensões culturais na divisão sexual do trabalho. Elas questionam sua marginalização na definição dos direitos, tentam abolir a discriminação de gênero, nas relações econômicas, culturais e sociais exigindo também a igualdade com os maridos no exercício das responsabilidades familiares (GIULIANI, 2008, apud SILVA; LAGE, 2012, p. 3148).

Como aponta Nobre (1998), no campo a desigualdade entre homens e mulheres são observadas de maneira evidente. Um dos responsáveis pelo processo de invisibilidade dos trabalhos realizados pela mulher é o não reconhecimento do trabalho doméstico como parte da produção. Nesse contexto, a figura do homem está associada ao trabalho produtivo e a mulher ao reprodutivo, o que contribui para a negação da mulher como geradora de renda e valor social no núcleo familiar e fora dele. Então, considerando essa realidade, a saída das jovens mulheres do campo não ocorre, em primeira instância, em razão de oportunidades de emprego e trabalho que a cidade oferece, mas em detrimento da condição que lhes é imposta na família. Segundo o autor:

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais), tudo que é feito para o consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros. A casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho (NOBRE, 1998, apud SILVA; LAGE, 2012, p. 150).

Para compreender melhor o que é colocado acima recorro a Lovatto, et al. (2010) para quem a “troca da enxada” – ferramenta primitiva usada pelas mulheres – pelo arado é que abre caminho para a consolidação de uma relação de gênero pautada no patriarcalismo, regime que legitima a dominação e exploração das mulheres pelos homens. O peso do arado precisava do animal como tração e da força do homem para guiá-lo, o que contribuiu para que o trabalho do homem passasse a ser considerado mais importante que o da mulher. E, dentro de um processo histórico, a revolução científica, que vê o universo como uma máquina, marcou as mudanças mais radicais pelas quais passou a relação de gênero, pois

entendia que o corpo humano nada mais era do que uma máquina, onde os órgãos eram como peças de engrenagem. Essa percepção foi construída, em particular por Francis Bacon e René Descartes, com a finalidade de possibilitar ao homem a dominação sobre a natureza. Para esses dois pensadores, sendo a natureza algo material, portanto manipulável, e o saber uma prática que ultrapassa as leis da natureza, então, cabe ao homem saber dominar e manipular a natureza. Nesse período a mulher era concebida como parte da natureza, portanto, estava sujeita ao mesmo domínio e manipulação.

A Revolução Científica contribuiu para consolidar a divisão das sociedades sob aspectos dualistas moldando a realidade em categorias (cultura versus natureza, espírito versus corpo, razão versus emoção, homem versus mulher). A partir daí a mulher é tida como o contraponto da cultura. Para os defensores desse pensamento, a mulher é regida pelas forças da natureza, muitas dessas ligadas à sexualidade e à maternidade, sendo o homem o reflexo da cultura, da razão que se sobrepõe ao sentimento. Portanto a ele são designadas as tarefas relacionadas à administração, à política e à ciência (LOVATTO, et. al., 2010, p. 195).

Nesse sentido, a relação entre mulher, família e terra é percebida a partir de uma perspectiva economicista, pautada a partir da divisão sexual do trabalho, pois, a mulher é vista como gestora dos recursos naturais, isto é, administra o que a natureza oferece (filhos, pequenos animais), não produz nada, diferente do homem, que é o responsável pela produção econômica. Diante desse contexto, a autora chama atenção para a necessidade do rompimento com qualquer tipo de ideia que insista em assimilar a mulher à natureza, assim como com a estrutura de poder que se consolidou com tal percepção e que legitima a imposição de uma subordinação à mulher.

Para Woortmann e Woortmann (1997) a agricultura familiar é a grande responsável pela produção agrícola no país, embora tal produção tenha sido subordinada ao agronegócio, mas, seja na agricultura familiar ou no agronegócio, o homem que é visto como o responsável pelo processo de produção e o único dotado das condições necessárias ao trabalho. A imposição do homem como detentor do saber agrícola é uma forma de negar a estrutura de um núcleo familiar em “monoparentais femininas”²⁰. A figura do homem como representante da agricultura

²⁰ Modelo de família em que, depois da separação pelos mais variados motivos, a mulher assume a responsabilidade de cuidar dos filhos. Quando a situação é contrária, chama-se “monoparentalidade Masculina”.

familiar é a manutenção de uma cultura masculinizada, cuja é a responsável por todas as atividades desenvolvidas fora do lar, sendo esse último o lugar ocupado pela mulher, por ser um espaço onde as atividades desenvolvidas ali são gratuitas. Esse trabalho gratuito da mulher implica em uma série de outras questões, tais como a negação de sua identidade enquanto trabalhadora do campo, a invisibilidade do trabalho que desenvolve para contribuir com a produção do lote, com exceção daqueles prestados no espaço da casa, e não ser reconhecida na classificação da produção agrícola.

A negação do trabalho da mulher na propriedade se dá pela transformação do mesmo em “ajuda”. Estratégia que mantém o homem como representante exclusivo da geração de renda e valores sociais. E a construção do pensamento que subordina a mulher a essa situação é manipulado de tal maneira que em algumas situações, muitas mulheres acabam absorvendo essa ideia e se posicionando, como se homem fosse, contra as demais que buscam meios de romper com essa prática. Não se pode esquecer que a mulher no campo assume dois papéis, o de mãe e o de filha. Ambas excluídas da herança da terra, vítimas da divisão sexual do trabalho e, geralmente, recebem o nome de agricultora não em razão de sua condição social e econômica, mas em detrimento do espaço que ocupa ou pelo fato de seu esposo ou pai ser identificado como agricultor.

Para o caso da Amazônia, Simonian (2001) afirma que os programas de desenvolvimentos voltados para o campo no país não têm levado em consideração os interesses das mulheres que vivem nele. Talvez em razão disso, segundo a autora, que as políticas públicas e outros projetos não têm alcançado os resultados esperados. Para ela os projetos de grandes portes na Amazônia não têm levado em consideração os diferentes grupos de mulheres – culturais, étnicos e sociais – que ocupam a região, portanto, demonstrando um total descaso com a importância da mulher para o desenvolvimento da mesma.

Conforme aponta a autora, é necessário que se observe o fato de que para além da reprodução social e biológica, a participação da mulher na produção agrícola, extrativista e artesanal tem se desvelado, porém, tal participação revelada não tem ainda proporcionado direitos e benefícios específicos à mulher. Ressalta ainda que a negação à mulher ao acesso à linha de crédito e o domínio das tecnologias disponíveis ao campo é um exemplo de que tais acessos não

representam apenas uma melhora nas condições de trabalho, mas, principalmente, lhe proporciona a participação na produção e nas decisões dentro do lote.

Todavia, tem havido alguns avanços em algumas políticas criadas pelo governo federal para enfrentar as desigualdades de gênero no campo, dentre elas destaco aqui acesso à documentação, pois o número de mulheres sem o registro civil, a carteira de trabalho, registro geral, cadastro de pessoa física - CPF, dentre outros, era alto, considerando ainda que o acesso aos documentos é o primeiro passo ao acesso à cidadania. Há ainda a desburocratização do acesso a terra pela mulher, antes o lote era documentado pelo INCRA apenas no nome do homem, mas com a publicação da Portaria nº 981 de 2003, colocou a mulher como beneficiária direta no Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Com tais políticas a mulher passou a ter o direito de também documentar o lote em seu nome; foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres; e especificamente para o campo foi criada a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas e a criação do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais.

Mesmo considerando tais avanços nas políticas estatais, o que se pode observar, ainda, é que as desigualdades de gênero continuam presentes no fomento de políticas públicas ao campo. Espaço que historicamente não tem reconhecido o trabalho desenvolvido pelas mulheres em seu interior, contribuindo, então, para um processo de invisibilidade e naturalização de sua dependência e subordinação ao universo masculino (MOURÃO, 2004).

A discussão a seguir procura compreender as jovens a partir de seus confrontos e conflitos gerados a partir de sua permanência na cidade. Para as jovens a cidade acumula significados que nem sempre são positivos, mesmo que nela estejam presentes espaços como o de lazer. Nessa situação, permanecer na cidade acaba se tornando uma maneira de mostrar a si que é capaz de vencer os obstáculos que se apresentam em sua trajetória pela autonomia.

4 SOCIABILIDADE, CONFRONTOS E CONFLITOS: NOVAS EXPERIÊNCIAS EM BOA VISTA

As transformações pelas quais vem passando o campo com a saída dos jovens, e o urbano, com a chegada dos mesmos, não são novidades. As novas relações que surgem na vida dos jovens, sejam elas sociais ou no campo do trabalho e da educação, interferem diretamente na construção e/ou consolidação de seu projeto de vida, que cada vez mais passa a ser elaborado com uma perspectiva de realização externa ao seio familiar, dada as condições em que se encontram as famílias rurais. Onde as condições de trabalho e geração de renda tem criado um sentimento de distanciamento nos jovens da ideia de continuar morando no campo.

Embora se considere que tenha havido um investimento na elaboração de políticas públicas as quais visam atender algumas das demandas da agricultura familiar, em particular, na busca de fortalecimento da agricultura enquanto prática sustentável e pluriativa, o que se pode observar, de maneira geral, é que todo esse esforço não tem sido suficiente para afastar de quem vive no campo, em particular dos jovens, o sentimento de marginalização das condições básicas, não apenas para sobreviver no campo, mas para se consolidar uma vida digna. Essa realidade vivida pelo campo brasileiro, em alguns contextos específicos, tem sido apontada como motivação dos jovens em escolher a cidade como novo espaço de vivência. Nesse sentido, o sair do campo não está pautado apenas em desfrutar daquilo que a cidade tem de melhor, mas, primeiro, em razão da negação ao campo das condições necessárias para a permanência é de um desenvolvimento econômico pautado na oferta de uma boa educação e trabalho.

Para melhor fundamentar a reflexão acima, apresento aqui a percepção de Silvestro, et al. (2001, p. 22), para quem se faz “[...] necessário uma inovação na política fundiária brasileira que abra caminho para que milhares de jovens agricultores possam realizar suas vocações e desejos profissionais”. Em trabalho publicado anterior ao de Silvestro, et al. (2001), Carneiro (1998) já apresentava informações sobre o processo dicotômico vivido pela juventude do campo, onde, de um lado, há a existência de uma cultura estritamente urbana que o circunda e que se apresenta como aporte para a realização de seu projeto de vida, e na outra ponta está o sentimento de pertencimento ao campo e os laços familiares que lhe faz repensar sobre o processo de saída em direção ao urbano. Esse contexto subjetivo

vivido pelos jovens, segundo a autora desperta também um sentimento ambíguo, ao querer ser igual e diferente ao mesmo tempo, tanto dos jovens das cidades como daqueles que continuam ocupando o campo. Iguais no sentido de ser jovem tal como os demais de sua faixa etária, e diferente, porque ele é um jovem do campo morando na cidade e para aqueles que ficaram ele se apresenta como um jovem local que tem acúmulo de experiência na cidade.

Carneiro (1998) chama atenção ainda para as condições a que se submetem os jovens rurais que passam a morar na cidade, inserindo-se em condições de trabalho precário, pois, é comum que iniciem sua vida de empregado em espaços que lhe exijam uma qualificação específica, e por isso, acabam recebendo um valor bem inferior ao que poderiam ganhar se tivessem alguma qualificação profissional; mas, nesse primeiro momento o que importa é ganhar o suficiente para manter-se na cidade até conseguir algo melhor sem depender dos pais. Nesse caso, o sentimento de autonomia serve de motor propulsor para aguentar as condições de trabalho que lhe são impostas na cidade. No caso dos jovens que estudamos, há dois tipos de ocupação que existem: de empregadas domésticas (faxina e/ou cozinheira) e comerciário (venda em lojas de confecções).

Diante dessa linha de reflexão, Wanderley (2007) aponta a partir de uma pesquisa realizada no campo pernambucano, como os jovens acabam se desdobrando para viver, de fato, a sua juventude, no sentido de que, usufruem do campo quando ele lhe permite isso, e da cidade quando ela lhe dispõe os mecanismos necessários para tais fins:

A agricultura parece não merecer mais o empenho dos jovens. A terra insuficiente, a penosidade do trabalho e a falta de estímulos para a produção certamente explicam porque tão poucos são os que pretendem continuar agricultores. Porém, as atividades não-agrícolas, fora do estabelecimento familiar, que foram indicadas na pesquisa são, salvo algumas exceções, igualmente muito precárias, incapazes de abrir para os jovens, novos campos profissionais. Nestas circunstâncias, poder vivenciar “o melhor dos dois mundos” é, sem dúvida, um desejo dos jovens, mas que se inscreve, aqui, sobre um modo utópico e constitui mais uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. Estas demandas parecem claras e fortes: para uns, poder permanecer no mundo rural e encontrar, no espaço local, um campo de realização pessoal e profissional, na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter o acesso aos meios que permitam a realização de um outro projeto de vida, no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista, etc. para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o mundo rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda (WANDERLEY, 2007, p. 33).

O contexto apresentado acima por Wanderley (2007) nos leva a refletir sobre os conflitos e contradições vividos pelas jovens ao tentar conciliar o que a vida no campo e na cidade pode oferecer de melhor – o “melhor dos dois mundos”.

Reforçando a percepção de Wanderley (2007), aparecem as observações de Brumer (2007), para quem a saída dos jovens rurais em direção a cidade se dá em razão da relação desequilibrada entre os fatores de atração no campo, que são praticamente nulos, e na cidade, promovendo, assim, o que ela chama de fatores de “expulsão”. Segundo a autora:

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os ‘ruralistas’ predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, P. 3).

No caso em estudo, observo uma ênfase maior nos “fatores de expulsão” relacionados à ausência de uma educação de qualidade e de oferta de trabalho fora da agricultura. Na cidade, a priori, elas vislumbram maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e à educação, isto é, à realização de projetos que o campo não atende. Em razão dessa situação, como já observado, as jovens são as principais prejudicadas pela ausência de uma política capaz de priorizar as necessidades de quem vive no campo, quase que automaticamente, são elas que mais se propõem a buscar na cidade os mecanismos necessários para a realização de seu projeto de vida, que geralmente se pauta em uma formação superior e acesso ao mercado de trabalho.

A partir desses fatores se busca nesse capítulo focar o estudo no cotidiano dessas jovens na cidade, levando em consideração suas preocupações. Espera-se ainda fazer uma discussão pautada nas condições em que se encontram essas jovens frente ao que elas almejam ao decidir sair do campo para morar em Boa Vista.

4.1 Razões para deslocar-se

As relações estabelecidas pelas jovens com a cidade de Boa Vista, conforme percebida nas falas, se deu, principalmente, em razão da busca de melhores condições de vida, embora, ao se depararem com a realidade da cidade “grande” sejam acometidas por um sentimento de desconfiança quanto à possibilidade de realizarem o seu projeto de vida ali. Uma coisa é estar na cidade na condição de visitante, outra, é se deparar com a condição de nova moradora.

As jovens reportam que o contato com a cidade, a princípio, lhes deixou um tanto perplexas, dado que há pouco tempo viviam na casa de seus pais, provocando nelas um sentimento de segurança, mas, uma vez na cidade sentiram-se sem chão por não terem uma casa familiar para acolhê-las. Nessas circunstâncias, elas precisaram ir à procura de uma casa para alugar, com exceção de Claudia, Antonia e Joana, que ao chegarem à Boa Vista já contavam com um apoio em termos de residência. Claudia foi acolhida por sua irmã mais velha; Antonia teve a casa da tia como apoio, embora não tenha demorado ali, indo morar com um casal de amigos depois e Joana foi recebida na casa de sua avó materna, que lhe acolheu com muito agrado, o que contribuiu para que pudesse se dedicar exclusivamente na dedicação à realização de seu projeto na cidade, isto é, estudar.

No caso das jovens Rafaela e Maria, embora os objetivos que as motivaram a vir para a cidade de Boa Vista, as condições de falta de estrutura, um lugar onde pudessem ficar e desfrutar a sensação que podiam ficar à vontade, despertou nas mesmas algumas indagações sobre o que, de fato, estavam fazendo ali. O problema, para as jovens, não é se deslocar para a cidade, mas não se deixar abalar emocionalmente com o sentimento de solidão que lhes acompanha logo que chegam e, longe dos pais, passam a ter ciência de que dessa vez veio para ficar.

A trajetória dessas jovens na cidade de Boa Vista permite observar que não foi fácil chegarem aonde chegaram. Apesar de que uma delas não tenha conseguido superar as dificuldades presente na cidade “grande” e retornado para seu lugar de origem, onde vive uma vida que esperava desfrutar na cidade e não conseguiu devido ao impedimento de não conseguir um trabalho que pudesse ganhar um pouco a mais do necessário para sobreviver.

Antonia, depois de fazer a experiência de morar com uma tia, e depois com o casal de amigos, onde morou por quase um ano no bairro Cinturão Verde,

resolveu fazer a experiência de morar sozinha. Com esse objetivo, ela então passou a procurar um espaço que pudesse alugar e dar continuidade a sua permanência na cidade. O quarto que alugou também ficava no Cinturão Verde, distante apenas algumas quadras de sua antiga morada. Ficou muito tempo morando sozinha, pois veio uma tia dela do município do Baliza e lhe fez a proposta de dividir o aluguel de uma casa no bairro Treze de Setembro, ela aceitou. Ao concluir os estudos, a tia e uma amiga que também dividia o aluguel, retornaram à Baliza e Antonia ficou sozinha na casa. Tornando inviável assumir o aluguel da casa sozinha, não apenas em razão do preço do aluguel, mas também das condições estruturais da casa, onde no inverno, em razão do telhado danificado, a casa ficava toda molhada por conta dos gotejamentos. Diante da situação resolveu mudar-se para um condomínio perto da Avenida das Guianas, divisa do bairro Calungá, São Vicente e o Treze de Setembro. E por fim, mudou para o apartamento localizado no centro, no qual ainda morava quando tivemos essa conversa.

Uma tia minha veio do Baliza pagar uma disciplina aqui em Boa Vista, e veio com uma amiga, então me fez a proposta para dividir aluguel, então alugamos uma casa ali no treze de setembro, e assim que concluiu a disciplina retornou para o Baliza com sua amiga e eu fiquei sozinha de novo, e como ficou pesado pagar o aluguel sozinha, porque uma coisa é dividir o aluguel para três e outra coisa é assumir sozinha, e também as condições da casa era precária, foi tipo comprar gato por lebre, porque a casa era até boa, mas quando começou o inverno a casa parecia uma peneira. Sai de lá e aluguei um apartamento na divisa do bairro São Vicente com o Calungá e por último estou agora nesse apartamento aqui no Centro da cidade (Antonia, Boa Vista, junho de 2014).

A respeito do trabalho executado pela mesma, ela relata que ao encerrar o primeiro contrato de seleção para professor do Estado em dezembro de 2012, abriu outro edital para 2013, ela fez e passou novamente, resultando na renovação do contrato para 2014. Paralelo ao trabalho de professora de matemática, ela também faz parte da RECID, entidade ligada diretamente à Casa Civil do governo federal. Fez o seletivo em setembro de 2013 e desde então recebe um determinado valor, não informou qual, como educadora cidadã. O contrato é de um ano, com possibilidade de ser renovado por mais um ano. Além de ser licenciada em matemática, conseguiu uma especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, fora do Estado, articulado pelo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/RR, e passou no seletivo para o curso de licenciatura em Ciências Agrárias no

modo Educação a Distância - EaD, realizado a partir de uma parceria entre a Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

A experiência de Rafaela na cidade, como relatado no segundo capítulo do trabalho, teve um início complicado. Pois precisou conciliar sua inserção na universidade com o acompanhamento da enfermidade de seu pai. A estadia na cidade com o pai doente não foi fácil, e destacou o ano de 2011 como sendo o mais difícil, uma vez que estava sem trabalho e passou a depender apenas do benefício social de seu pai, que deveria cobrir todas as despesas, dos alimentos ao aluguel. Após algum tempo, conseguiu um emprego em um supermercado local, mas a rotina do mesmo não permitia que ela estudasse. A princípio, em razão da situação de seu pai, ela tinha cogitado a possibilidade de desistir dos estudos e continuar trabalhando, mas depois de ouvir pessoas próximas acabou desistindo do trabalho e se dedicando aos estudos.

Diante de todas essas dificuldades, ela indagava a si mesma, “o campo ainda representa alguma coisa para mim?”, e sua resposta foi direta, “sim, representa. Representa a lembrança de tempos felizes, porque lá eu não precisaria matar um leão por dia”. Ainda alimenta a esperança de um dia voltar novamente a viver no lote. As circunstâncias que passaram a delinear sua vivência na cidade são as responsáveis, dentre outras coisas, pela irregularidade nas visitas à família. Em razão dos estudos, ela é aluna do LEDUCARR, ligado ao Centro de Educação – CEDUC da UFRR e voltado para atender a demanda de formação dos filhos e filhas de agricultoras do Estado, ela também é bolsista, e como tal assume a secretaria do curso. Por conta de tais ocupações, ela acaba ficando sem tempo de planejar visitas à família, inclusive nos finais de semana, tempo que geralmente utiliza para dar conta da demanda de trabalhos das disciplinas do curso. As visitas se limitam a uma vez por ano, geralmente no final do ano. E quando está no lote seus afazeres são os mesmos que realizava antes de sua saída definitiva. Faz a comida, mata a saudade do igarapé, pescando e banhando-se como nos tempos que morava lá. Embora ela não visite com frequência sua família no lote, com a chegada de torres com suporte para sinal de telefone móvel, Rafaela consegue falar com seus pais e irmãos, via celular, quase todos os dias.

O distanciamento do lote e da família foi uma das consequências que precisou arcar ao optar pelo estudo em detrimento do trabalho. A opção pelo estudo

superior lhe restringiu o espaço de trabalho, pois o curso funciona de maneira integral na modalidade tempo escola e tempo comunidade. Ao optar pelos estudos precisou de bolsa, e nesse caso, precisa seguir as diretrizes impostas por esse sistema. Durante o ano só tem uma semana no final do ano que pode considerar folga, a qual ela aproveita para ir visitar a família, ocasião em que procura aproveitar o máximo possível para suprir o tempo que ficou fora.

Maria, quando veio para a capital tinha concluído o ensino médio há pouco tempo, e alimentava a expectativa de conseguir entrar na universidade e também conseguir um trabalho que pudesse conciliar com os estudos. Mas, ao chegar Boa Vista, como não tinha a casa de um parente para recebê-la, ou mesmo de alguém conhecido, teve que conseguir logo um trabalho para manter-se, pois precisava pagar o aluguel do quarto no qual ficou logo que chegou por aqui. Longe daquilo que ela pensava ser a cidade, passou por dificuldades que não havia imaginado, e diante das mesmas, passou a fazer algum tipo de curso curricular, como recursos humanos e secretariado, com a finalidade de conseguir um trabalho melhor e voltar a sonhar com o ingresso na universidade.

O que conseguiu de trabalho na cidade foi um emprego em uma das lojas de confecções e calçados na feira do Buritis, recebe esse nome em razão de sua localização, que fica no bairro de mesmo nome. Ali ela trabalhava o dia todo, e parte da noite, para ganhar apenas um salário mínimo, que na época não chegava ainda a R\$ 400,00. Diante dessa situação começou a refletir sobre a vida que estava levando, pois, o objetivo que havia traçado para sua vida ao optar pelo deslocamento para Boa Vista era estudar, porém, estava sendo sugada por um trabalho que não lhe valorizava e não lhe permitia nenhuma possibilidade de estudo. Considerando o fato da família não possuir casa em Boa Vista, sem transporte próprio e sem condições de um curso particular, avaliou que não tinha a menor possibilidade de continuar morando por aqui, então decidiu voltar para São João do Baliza.

Em seu retorno, conheceu o Movimento de Mulheres Camponesas e começou a participar das atividades do mesmo. Dentro do Movimento surgiu a oportunidade de fazer um curso técnico na área agrária em Rio Grande do Sul, mais precisamente em Chapecó. O curso teve a duração de dois anos, de 2006 a 2007. Ao concluir o curso voltou novamente para o Baliza e começou a trabalhar em uma empresa como técnica agrícola. Entretanto, mesmo com as coisas melhorando para

ela, ainda estava muito inquieta com o projeto de querer algo além daquilo, de cursar uma faculdade. E agora já tendo claro o que queria cursar, algo na área agrícola, porque percebia que essa formação era necessária para ajudar de maneira mais concreta o acompanhamento, em forma de assessoria técnica, das famílias nas vicinais, então, resolveu deixar o trabalho e voltou novamente para Boa Vista com esse projeto de continuar sua formação.

Em 2010 chegou novamente à Boa Vista, e as dificuldades passadas quando esteve pela primeira vez na cidade não haviam se alterado, continuavam as mesmas: sem residência estável, tendo que pagar aluguel, sem transporte próprio para se locomover, trabalhando em outra área, diferente da sua formação, e baixa remuneração. Como não conseguiu uma vaga na universidade pública, fez o seletivo para o curso de agronomia em uma Faculdade particular e passou, porém, o que ganhava não dava para se manter e pagar a mensalidade da faculdade. Voltou novamente para São João do Baliza sem concluir o curso.

No retorno para Baliza ela conseguiu ocupar novamente uma vaga na empresa que trabalhava antes de decidir voltar à Boa Vista em busca de melhor formação. Mora na sede do município, que segundo sua avaliação, é bem melhor do que a capital. Nesse caso, a experiência dela na cidade do Baliza é considerada positiva, em oposição à cidade de Boa Vista, dada as condições de vida. Ali ela tem sua própria casa, que faz divisa com a casa dos pais, tem uma moto para circular por onde quiser, além dos pais, tem também a casa de outros parentes em que é bem recebida. Se sente em casa, trabalha como técnica na empresa e recebe um salário superior ao mínimo. A condição que ela pensava encontrar em Boa Vista, na verdade, encontrou na sede de seu próprio município.

Claudia saiu do lote, como apresentado no capítulo anterior, na mesma média de idade das demais jovens, isto é, com 15 anos. E antes de passar a morar em Boa Vista sua trajetória tinha como ponto intermediário a sede do município de Baliza, onde morava, e de onde se deslocava ou para o lote, onde ainda moram seus pais, ou a capital, cidade em que vive uma irmã mais velha. Desde que sua irmã resolveu morar em Boa Vista que ela, embora tenha recusado num primeiro momento o convite da mesma para que a acompanhasse, começou a frequentar a capital com estadias prolongadas, isto é, vinha para a casa dessa irmã e chegava a passar de oito meses morando com ela. Depois de algumas idas e vindas, e com os insistentes convites de sua irmã, resolveu estabelecer-se definitivamente em Boa

Vista, onde se encontra há cinco anos. Retorna ao Baliza apenas para visitar seus pais. Entre os argumentos utilizados por sua irmã, segundo ela, que lhe convenceram a vir para a capital foi a escassez de trabalho em seu município de origem, e que Boa Vista lhe possibilitaria ganhar seu próprio salário e custear seus gastos, deixando de ficar dependente de outras pessoas.

Embora Joana seja, dentre as jovens com quem conversei, a única que passou a ter uma relação com a cidade de Boa Vista em razão da necessidade dos estudos, enquanto que as demais, além dos estudos, também foram motivadas pela questão do trabalho, elas participam da mesma realidade social no tocante as formas de sociabilidade na cidade. A partir de suas falas, elas deixam claro que são poucas as pessoas de seu círculo de amizade que consideram amigos, boa parte deles, a maioria por assim dizer, são pessoas próximas ao que chamam de colegas. Talvez em razão disso, elas circulam pouco em ambientes que permitem ampliar suas redes de relações, como eventos sociais e culturais, cinemas. E isso fica claro na própria fala de algumas delas, como se pode perceber a seguir.

Aqui na cidade não tenho amigos, tenho meus irmãos de igreja, não são meus amigos, mas colegas de igreja. Essa questão de amizade não é só aqui, até mesmo no campo não tinha amigos. Meus amigos é a minha família, que está comigo em todo momento. Talvez em razão disso são poucos os lugares que visito, geralmente são restaurantes e igrejas (Rafaela, Boa Vista, junho de 2014).

Não saio, não sou de sair, não gosto de ir para festa. Quando eu me canso de ficar aqui eu vou ali para a minha irmã, passo o dia lá, mas eu fico mesmo é em casa, sou muito caseira (Claudia, Boa Vista, julho de 2014).

[...] geralmente estou estudando, mas saio, e meu círculo de amizade é restrito ao campo da universidade, e quando saio à maioria das vezes é para barzinhos, dificilmente vou ao cinema (Joana, Boa Vista, julho de 2014).

Percebemos que as jovens nos anos iniciais em Boa Vista, têm dificuldades de ampliar suas redes de relação. Suas redes ainda lembram aquelas do campo: visita à parentes, socialização com colegas da universidade e do trabalho. Ter novos amigos não é uma necessidade, mas consequências das vivências feitas nos espaços ocupados, no caso da universidade e do trabalho, dependendo do mesmo, a prioridade é dar conta daquilo que se propuseram quando resolveram sair de seu lugar de origem para ocupar a capital.

A situação apresentada acima acaba se tornando uma realidade também em razão da contribuição que a própria percepção das jovens termina tendo sobre o que cidade oferta ao seu envolvimento subjetivo com a mesma. Se sentir da cidade ou do campo é uma questão que influencia, seja de maneira direta ou indireta, na relação que as jovens acabam criando com a cidade. Essa questão é analisada no tópico seguinte, onde se procura enfatizar as influências que as jovens acabam tendo, seja no espaço ocupado recentemente ou daquele onde está alicerçado sua origem na construção de seu projeto de vida.

4.2 A cidade: expectativas e experiências

A discussão a respeito do referido tema perpassa o permanecer na cidade. Levando em consideração a representação que a cidade e o campo têm para elas e o significado que tem morar na cidade para as mesmas. Essa questão implica na transformação pela qual passa a relação social, já que geralmente os amigos de infância e adolescência ficam, e elas conhecem novas pessoas na cidade; de trabalho, porque as atividades desenvolvidas deixam de ser apenas uma “ajuda” e passa a ter valor, em razão da remuneração que recebe; e educacional, pois, a possibilidade de apenas concluir o ensino médio cede espaço para as “oportunidades” encontradas na cidade, que lhes permite aspirar uma formação para além da graduação, como mestrado e doutorado.

A cidade de Boa Vista, na perspectiva das jovens, é o lugar que oferece as oportunidades que necessitam para a realização de seu projeto de vida, que dentre outras coisas, busca a autonomia do núcleo familiar. Querem ser elas próprias as responsáveis pelas conquistas, ou mesmo fracassos, como aconteceu com Maria, cuja experiência na cidade não representou para ela algo positivo. Em todo caso, a cidade tem uma importância significativa na vida dessas jovens, porque não é o lugar onde só apresenta dificuldades às jovens, mas também boas experiências.

São os aspectos identificados pelas jovens como bons que acabam provocando transformações no modo como concebem o campo antes de sair de lá. O tempo de vivência na cidade lhe faz repensar sobre o significado do campo para sua vida de jovem do campo que passou a ocupar a cidade, promovendo uma percepção de que a representação positiva do campo em sua vida está pautada em

uma questão de identidade, porque lá foi o lugar onde viveu sua infância e parte da adolescência, porém, foi na cidade que virou “gente grande”, cuja ideia está diretamente ligada à de autonomia e cidadania.

O campo representa para mim um pouco da minha identidade, embora eu me sinta parte de lá, parte daqui. A minha infância foi lá, vivi parte da minha adolescência, embora eu tenha muito cedo, com 15 anos praticamente, eu me sinto parte. Tenho saudade da tranquilidade que o campo oferece, a qualidade de vida, aqui é muita correria. As relações interpessoais também, que são fortes, porque praticamente todo mundo conhece quase todo mundo, e aqui é diferente, você mal vê seus vizinhos. A cidade já representa a minha fase adulta. Esse foi o espaço que me distanciou do campo. Ela representa isso, a oportunidade de melhorar a qualidade de vida, de viver outros horizontes, de estudar, de ter minha autonomia, de sair e me virar sozinha, então é isso (Antonia, Boa Vista, junho de 2014).

A respeito da representação do lote, ele ainda representa alguma coisa para mim, representa uma lembrança de tempos felizes, tranquilo, em que eu não precisaria matar um leão por dia, e representa também um estado de tranquilidade, porque lá você não vivia sobressaltada como se vive aqui (Rafaela, Boa Vista, junho de 2014).

Na fala de Antonia e Rafaela se entende como o campo marcou e marca a vida dessas jovens, que além da vida tranquila, representa qualidade de vida. Chamo atenção à fala de Antonia sobre as relações interpessoais, para quem aquelas estabelecidas no campo são mais fortes, em razão da proximidade entre as pessoas, do que as vividas na cidade, que se pautam a partir de uma superficialidade, dadas as condições temporais, já que praticamente não existe tempo hábil para a solidificação de uma boa amizade. O dinamismo que toma conta do contexto urbano não permite que isso aconteça, seja pela distância social ou geográfica entre as pessoas. O que, segundo as jovens, é dificultado pela falta de um transporte próprio e a correria da cidade, onde “tempo é dinheiro”.

Por outro lado, como dito em outro momento, a estadia em Boa Vista não é para fazer novas amizades, mas para conseguir meios de adquirir um curso superior e com ele conseguir um bom trabalho. Nesse sentido, ao menos para Maria, Antonia e Rafaela a cidade é apenas um lugar temporário, onde pretendem acumular as condições necessárias para um dia retornarem à vida tranquila e de sossego que o campo oferece. Claudia e Joana, sendo que para a primeira, em razão de ter saído cedo da casa de seus pais para casar, o campo nada significa, é na cidade que ela se sente realizada. Joana aspira novos projetos que poderão ser

alcançados em seu espaço de origem, e continuar na cidade é o requisito necessário para desfrutar daquilo que almeja, ou seja, continuar estudando com expectativa de, assim como recebeu ajuda de seus pais para vencer na vida, poder ajudá-los em suas necessidades.

Eu não sei se é porque sair da casa dos meus pais muito cedo, mas hoje o campo não representa nada para mim, diferente da cidade, que representa tudo, no sentido de educação, de trabalho, a movimentação, eu gosto disso, de conhecer outras pessoas, fazer novas amizades, e no campo não, é só aquelas pessoas ali e pronto, porque lá não tem para onde tu sair, não tem para tu ir, ninguém anda lá, a não ser os parentes, e na cidade eu acho mais desenvolvido (Claudia, Boa Vista, julho de 2014).

Então, como havia dito antes, tenho muito orgulho de ter vindo do interior, e que estudo hoje para poder ajudar minha família financeiramente, então, eu estudo pela minha família, e estou aqui na cidade por causa deles, para contribuir para que eles tenham uma vida melhor (Joana, Boa Vista, julho de 2014).

Enquanto que na fala de Claudia é possível perceber uma série de elementos elencados para justificar sua opção pela cidade, Joana aponta um, continuar na cidade é o que lhe permite ou permitirá contribuir financeiramente para ajudar sua família. Em particular suas irmãs que ainda moram em Baliza, para que possam ter as mesmas condições que ela teve ao sair da casa dos pais para morar na cidade.

Considerando o fato de que é comum entre os jovens haver o pensamento de que a cidade tem semelhança com o “paraíso”, a “terra que corre leite e mel”. Ao chegarem à cidade percebem que não bem como o ditado soa. Não é apenas chegar, mas sim ter forças e condições de permanecer, isso é o desafio maior. A cidade se organiza em parâmetros totalmente diferentes do campo, começando pelo tempo, enquanto que quem vive no campo é dono de seu tempo, pois, é ele que escolhe quando e como ir trabalhar na propriedade, na cidade é diferente, o tempo não lhe pertence, precisa todos os dias “correr atrás” dele, do contrário, não conseguirá alcançar os objetivos que lhes impulsionaram a vir para a cidade. As falas de Maria e Rafaela trazem essa realidade:

Sobre o que a cidade representa para quem mora no campo posso dizer que antes de ter a vivência na cidade, pensava que era um mundo de possibilidades, e é, porém, existem as entrelinhas, porque para ter acesso a essas possibilidades é necessário conhecer alguns caminhos. Então, a

minha visão era que a cidade grande era o estopim para o conhecimento, mas para se chegar a esse ponto tem diversos fatores que podem contribuir positivamente ou negativamente, e a minha vivencia lá não foi agradável, porque o meu objetivo eu não atingir, por questões financeiras, pois, não tinha condição de me manter lá (Maria, São João da Baliza, julho de 2014).

O lugar onde morava com meus pais era bom, tranquilo, mas com muitas adversidades. Não oferecia muitas oportunidades, mas tinha seus atrativos, por exemplo, a gente não fica refém do horário, cada um tem seu horário, mas nem todo mundo está na roça no horário, porque sempre tem alguma coisa para fazer antes, como colocar ração para os animais, ir colocar ou retirar o malhador do igarapé (Rafaela, Boa Vista, junho de 2014).

As adversidades encontradas na cidade é uma realidade que se altera na forma como as mesmas encaram a situação. A cidade lhes oferece coisas boas, e coisas ruins, para algumas delas as boas se sobrepõem às ruins, fazendo com que, mesmo enfrentando dificuldades para se estabelecerem nesse contexto consigam uma maneira de pelo menos driblar os desafios, que não são poucos, e se centrarem nas oportunidades. Resgatando aqui o pensamento de Wanderley (2007), elas estão à procura de “viver o melhor dos dois mundos”. Pois, como já apresentado, a principal razão da saída das jovens do campo são as dificuldades encontradas para ter sua autonomia, embora esse espaço seja ainda objeto de desejo para um retorno futuro. É entre lá e cá que elas se realizam, tirando proveito daquilo de melhor que ambos os espaços têm a lhes oferecer. Viver na cidade permite uma visão mais ampla e emancipadora, tanto do campo como da cidade, onde colocam em evidência suas experiências.

A cidade representa para mim um estado temporário, porque eu pretendo me qualificar na cidade, e se eu passar em algum concurso vou ficar esse tempo aqui, mas eu comecei minha vida no campo e vou terminar minha vida no campo, porque a vida na cidade é muito atribulada, por isso ela é para mim apenas um estado temporário em que estou me especializando, e me profissionalizando também. Mas ela não representa apenas coisas ruins, ela também é emancipadora, porque eu aqui na cidade já tenho duas visões, uma visão rural e uma visão urbana, e se eu continuasse apenas no campo não teria essa possibilidade de escolha se eu quero continuar no campo ou morar na cidade, e o que ela me proporcionou foi isso, a possibilidade de escolha, se eu vou querer voltar ou vou querer continuar, sem contar as opções de lazer, pois, tem cinema. Quando eu morava no campo nunca tinha ido em um restaurante que vende comida japonesa, e aqui eu já fui, então, isso é os benefícios daqui né (Rafaela, Boa Vista, junho de 2014).

O tempo que eu moro em Boa Vista me fez perceber que a vida por aqui não é fácil, as dificuldades são muitas, por exemplo, morar de aluguel, não ter transporte para andar. Eu moro aqui de aluguel, e é uma dificuldade

muito grande, também não tenho um transporte próprio para andar. E os benefícios é o trabalho, porque desde que eu cheguei aqui nunca fiquei sem trabalhar, sempre trabalhei, sempre me virei de um lado para o outro, e eu fico sem trabalhar mesmo só se eu quiser, entendeu? Para mim esse é o maior dos benefícios que a cidade oferece, e depois o estudo, porque se eu quisesse estudar estudaria e chegaria aonde eu quisesse chegar. Na cidade ela oferece muitas coisas, se quiser fazer um curso tu faz, e já no interior tu não tem essa oportunidade de fazer (Claudia, Boa Vista, julho de 2014).

Essa discussão a respeito do significado dos contextos: campo e cidade na realização de seu projeto de vida nos conduz a outra realidade, ao do sentimento de pertencimento, que, por sua vez, está relacionada à discussão sobre a relação entre campo e cidade, em como o rompimento com a dicotomia entre esses dois espaços acaba contribuindo para que as jovens não vivam uma crise de identidade, elas conseguem viver com a ideia de que são jovens do campo morando na cidade, e que há momentos em que o sentimento de pertencimento à cidade é mais forte que o de pertencimento ao campo, embora esse, em momento algum, deixa de ser o seu referencial. Para algumas das jovens:

A respeito do sentimento de pertença eu me sinto dividida entre o campo e a cidade. A questão do campo é que lá a vida é muito complicada, difícil mesmo, para se ter uma ideia, meus pais moram em uma vicinal que é o maior sacrifício para sair de lá. O meio de comunicação, praticamente não existe, então, essa dificuldade que o campo apresenta é que me distancia um pouco. Poderia sim, voltar a viver no campo, mas não com essas condições. Nesse sentido que eu me sinto dividida, por ter algumas coisas que a cidade me oferece e gostaria de ter outras que o campo oferece, como a tranquilidade, a vida sossegada, contato maior com a natureza (Antonia, Boa Vista, junho de 2014).

O meu sentimento de pertencimento é do campo, porque eu nasci no campo e nunca me desliguei dele, eu estou agora na cidade, mas nunca me desliguei totalmente do campo, meus pais e a maioria dos meus irmãos estão no campo. Eu migrei para a cidade, fui expulsa do campo. Fui expulsa do campo porque lá não tem uma boa saúde e uma boa educação. Eu me sinto do campo, meu sentimento é do campo, lá é o meu aconchego (Rafaela, Boa Vista, junho de 2014).

Ainda continuo me sentindo uma jovem do campo morando na cidade, porque eu fui criada lá, então, nem que eu não queira, mas como eu fui criada não tem como ser diferente. Mas só que o sentimento de pertença mais forte é da cidade (Claudia, Boa Vista, junho de 2014).

Como se pôde perceber entre as entrevistadas, há aquela que se sente dividida entre o campo e a cidade, outra que, embora esteja na cidade, seu sentimento de pertencimento é atribuído ao campo, e a última fala deixando claro

que, embora não negue sua origem campesina, seu sentimento de pertencimento é da cidade. Campo e cidade se relacionam, como se pode perceber, não como dois polos opostos, mas como dois espaços que se completam ou se complementam à medida que cada um tem sempre algo de bom a oferecer às jovens que vem do campo. Por fim, essas questões apresentadas pelas jovens conduzem ao entendimento de que as experiências na cidade contribuem, de maneira importante, para a diminuição das tensões e conflitos, existentes logo quando chegam.

5 CONSIDERAÇÕES

No percurso da pesquisa percebi que as categorias de gênero e geração se relacionam quando da construção de uma relação vertical de poder entre sexo e idade diferentes. Nessa perspectiva, o campo se apresenta como espaço em que questões de gênero têm avançado de modo significativo, fortalecidos pelas pesquisas acadêmicas, as quais têm contribuído para a percepção de estratégias colaborativas para compreender a relação de gênero no campo.

Também ficou evidente que o tema da juventude do campo a partir do gênero e da geração é importante para esse pesquisador em razão de perceber que são essas duas categorias de estudo que findam regulando as condições ou oportunidades para as jovens no tocante a renda, aos estudos, ao lazer, à infraestrutura mínima necessária que garanta à mesma certa autonomia para decidir sobre como vai construir seu projeto de vida. São esses alguns dos principais elementos que influenciam diretamente na decisão dos jovens, particularmente as mulheres, em continuar ou não no campo. A ausência de tais possibilidades aponta para essa juventude a cidade como único meio para realização de seu projeto de vida, geralmente alicerçado no anseio da autonomia, em todos os aspectos que ela possa representar.

O campo ainda não disponibiliza as jovens as mínimas condições necessárias que lhe ofereçam uma educação básica de qualidade. Sabe-se que o acesso ao ensino superior é muito limitado, bem como de possuir uma renda fixa. Anseios que a agricultura em si não consegue ser capaz de cumprir, por ser uma atividade instável executado no interior do lote, uma vez que o preço agregado aos produtos não segue um valor fixo, dependendo da oferta e da procura. Para minimizar esse problema, Carneiro (1998) entende que a pluriatividade é a possibilidade de oferecer aos jovens o acesso a uma renda fixa sem ter que se ausentar do campo.

Outros fatores, de caráter mais externo, também foram identificados na pesquisa, como as condições precárias das estradas para escoamento de alimentos e locomoção de pessoas, os serviços (educação, saúde, transporte, lazer) de má qualidade, inviabilizando, assim, qualquer possibilidade de os jovens pensarem seu projeto de vida nesse espaço. Essa realidade ainda presente no campo limita os jovens ao acesso à informação e a comunicação, dois dos elementos mais

importantes em um mundo “globalizado” que se conecta por meio da rede virtual. São elas que possibilitam uma visão ampla ou reduzida de mundo, do campo. E essa redução perceptiva daquilo que o campo pode oferecer se soma aos demais fatores que “expulsam” os jovens do campo.

Para as jovens rurais as circunstâncias de expulsão ou de “saída espontânea” são ainda mais marcadas, porque elas são submetidas às condições subordinadas no núcleo familiar. O trabalho é o viés que permite certa visibilidade aos jovens, negá-lo é manter invisíveis esses sujeitos. Se tratando das jovens, que tem seu trabalho na propriedade como “ajuda”, acabam não tendo outra opção, se não se deslocarem para a cidade em busca de autonomia financeira.

As condições aqui apresentadas impulsionam as jovens a buscar na cidade um trabalho remunerado, esteio para a realização de outros projetos, como o de estudar (concluir o ensino médio; adentrar um curso superior), circular em ambientes de lazer, acesso a um salário fixo, com direitos trabalhistas, como férias remuneradas, 13º salários e horas fixas de trabalho.

A falta de oportunidade e autonomia financeira representam algumas das motivações que conduzem os sonhos das jovens rurais encontrar na cidade uma alternativa para melhorar suas condições de vida. Melhorar a vida, pelo que se pôde perceber, é ter a garantia de uma renda pelo trabalho realizado, capaz de lhe dá autonomia econômica e familiar. Além da autonomia, a renda própria permite também o acesso dessas jovens a diversões que não é comum participarem quando estavam no lote morando com os pais, como festas, além de outros bens e serviços disponíveis na cidade, que dificilmente desfrutariam “ajudando” no lote da família.

Mesmo que, a princípio, a jovem veja a cidade como ponto de chegada, sem a certeza de que realmente vai ficar, por não saber como serão os dias vindouros, esse lugar acaba marcado como o de “ficada”, porque, mesmo havendo dificuldade em continuar morando na cidade, comparado com a vida que tinha no campo, esse impasse é superado. A saudade de estar junto à família é grande, porém, abre mão em prol de um projeto maior, o de sua realização pessoal.

Por fim, a percepção de que a construção de um projeto de vida, pautado no anseio de morar na cidade, se desdobra em um contexto no qual os jovens não têm expectativa de que a vida possa melhorar, principalmente se tratando das jovens. Nesse sentido, o viver passa a ter algum significado estando elas na cidade; embora essa situação não seja generalizada, considerando que na própria pesquisa

teve uma das jovens que retornou ao seu município de origem. Mas, é salutar o fato das jovens se sentirem melhor morando na cidade, mesmo tendo que conviver com inúmeras dificuldades; talvez por conta da autonomia que elas desfrutam na hora de decidir que rumo seguir ou o que fazer para dar sentido à sua permanência na cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J.; ANDRADE, T. A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf. Acessado em 10 de jan de 2015.
- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. . As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT P.; CORDEIRO, R.; MENEZES M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.
- BARBOSA, R. I. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescente desenvolvimento desordenado. In: **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, 9 (2), 1993, 177-197.
- BARROS N. **Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional**. Editora Universitária. Recife, UFPE. 1995.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BIZZO, M. N. dá S. **O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e as Políticas Ambientais do Banco Mundial: o caso do Planaflo de Rondônia**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.240-265.
- BOURDIEU, P. O Camponês e seu corpo. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BRITO, F. R. C. D. **Projeto Autonomia estatal e desenvolvimento regional no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- _____; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, nº 12, p. 6-17 Jan.-jun./2008.
- _____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**: Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.

_____; PAULILO, M. I. As agriculturas do sul do Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 12. n. 01. Florianópolis. Jan./Apr. 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.2, n.15, p.43-66, jul/dez 1999.

CARDOSO, C. A. S. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – MINTER UFRR, São Luis, 2009.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; Costa, L.F.C. (Orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

CARVALHO, H. M. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antônio et. al. **Conflitos no campo – Brasil 2007**. Goiânia : CPT-Nacional, 2007.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese. 444 p. (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DEL CONT, V. D. Trajetórias e biografias como métodos de pesquisa. In: KOFES, S. (Org.). **História de vida: biografias e trajetórias**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 283-301. (Cadernos do IFCH; 31).

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. A juventude no Brasil.
http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf
pesquisado em 18 de fevereiro de 2014.

DINIZ, A M. A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. In: **Cadernos de Geografia**. Belo Horizonte, v.13, n.21, p.44 - 59, 2003B.

DINIZ, A. M. A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola**. Geografia. Rio Claro: v.28, n.3, p.363 - 378, 2003A.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone sul Latino americano**. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Manaus, GRAFIMA. 1997.

GARCIA, E. **Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios**. Manaus, Norma / Suframa, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

Jornal Folha de Boa Vista, ano XXXIV, **Ed. 5572**. Boa Vista, Roraima. Acesso em 4 de fevereiro de 2014.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

LAGE, A. C. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico**: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOVATTO, P.; POSTALI, P. C.; MAUCH, C. R.; BEZERRA A. A. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191 - 212, maio/ago, 2010.

MARTINS, M. Relações de gênero e geração em um assentamento rural de reforma agrária: Sociabilidade e poder. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. (p. 1 a 6).

MEIRELES NETO, P. R. A juventude como sujeito social: Elementos para uma problematização. In: **Revista Pesquisa em Foco**: Educação e Filosofia. v. 2, n. 2, p. 1-6, abril de 2009.

MOURÃO, P. L. **Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba Pará**. Dissertação de mestrado, MAFDS-NEAF: Abril de 2004.

PEREIRA, J. C. A. **À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade**. 2007. 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980 [1885], p. 25-88.

SALES, C. M. V. Gênero e Juventude Rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. In: **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**. Universidade Federal do Ceará –UFC, 28, 29 e 30 de out de 2006.

SANTOS, N. P. D. **Políticas Públicas, economia e poder**: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado) - Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém: 2004.

SILVA, M. G. A.; LAGE, A. (In)visibilidade da identidade das mulheres dentro dos movimentos sociais do campo de pernambuco. in: **X Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos.

SILVA, S. H. da; ROCHA, S. D. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar na Amazônia: o “não trabalho feminino”. In: **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, Janeiro de 2010. Disponível em:<
<http://www.relem.info/edicoes/ed1/art3.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2014.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMAVOY, R. MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BOLDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistências, contradições e avanços. In: **MULHERES da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA, UFPA. p. 33-68, 2001.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 253-267, jan/abr de 2004.

TEÓFILO, E. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2002.

VAINER, C. B. **Projeto Globalização, Políticas Territoriais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR, CNPq, 2003.

VAINER, C. B. e ARAÚJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21 – 33.

WEDIG, J.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, A. K. **Juventude, Consumo e Educação**. Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD. 2005.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro Escadinhas, Feliz / RS. 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **O trabalho da terra**. Brasília, Ed. UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, Família e Campesinato. In: WELCH, C. A. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 [1990].